



ANAIIS

DA SEMANA DA CONTABILIDADE

A INTEGRAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA ESG CONTÁBIL E SEU IMPACTO
NA GESTÃO DO NEGOCIOS



ISSN 3086-0695

3ª Edição/ 2025
Curso de Ciências Contábeis UVA



12/2024
ISSN



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ



A Revista Semana da contabilidade é uma publicação científica aberta, independente e publicação anual, no mês de outubro de cada ano, como fruto das publicações de trabalhos científicos aprovados durante a Semana da Contabilidade do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, Sobral -CE.

O seu principal objetivo é veicular artigos científicos inéditos resultantes de pesquisas acadêmicas em nível de graduação e pós-graduação que contribuam para o enriquecimento das Ciências Sociais Aplicadas envolvendo a Contabilidade e Gestão, pública ou privada.

UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ
Izabelle Mont’Alverne Napoleão Albuquerque (Reitora)
Francisco Carvalho de Arruda Coelho (Vice-reitor)

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
Jônia Tércia Parente Jardim Albuquerque

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Antônio Glaudenir Brasil Maia José Edmar Lima Filho

DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Raimundo Inácio Neto (Diretor)

COORDENAÇÃO DO CURSO CIÊNCIAS CONTÁBEIS
Luciene Santos Lima (Coordenadora)

CENTRO ACADÊMICO PADRE SADOE - CACIC
Maria Ingrid Albuquerque Sales (Presidente em 2024)

ANAIS SEMANA DA CONTABILIDADE

COORDENAÇÃO GERAL
Ludmila Apoliano Gomes Albuquerque*

EQUIPE EDITORIAL
Luciene Santos Lima*
Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo*

CONSULTORIA TÉCNICA
Ludmila Apoliano Gomes Albuquerque* Ana Clara dos Santos *
Maria Ingrid Albuquerque Sales *



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ



CONSELHO EDITORIAL INTERNO

Camila Raquel Câmara Lima*
Cicero Philip Soares do Nascimento*
Cintia Vanessa Monteiro Germano Aquino*
Cristina Maria Nunes de Sousa*
Diego Dantas Siqueira*
Francinildo Carneiro Benicio*
Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo*
Francisco Alves de Souza Neto*
Francisco Apoliano Albuquerque*
Francisco José Carneiro Linhares*
Francisco Leon Torres de Sousa*
Gabrielle Apoliano G. A. Pearce*
Geison Calyo Varela de Melo*
Geovanne Dias de Moura*
Helena Maria Oliveira Lima*
Hugo Magalhães Camelo*
Israel Lucas de Oliveira Aguiar*
Ítalo Carlos Soares do Nascimento*
John Pablo Cândido Dantas Silva*
José Humberto Alves Sobreira* José Ireland Meneses Oliveira*
José Juliano Nogueira Rios*
Kercia Maria de Sá Morais*
Layse Silveira Braga*
Luciene Santos Lima*
Ludmila Apoliano Gomes Albuquerque*
Luziberto Barrozo Carneiro*
Marcia Morais de Melo*
Maria Macileya Azevedo Freire*
Marta Célia Chaves Cavalcante*
Nádia Alves Lima*

CONSELHO EDITORIAL EXTERNO

Prof. Dr Fellipe Matos Guerra
Prof Jurandir Picanço
Profa. Doutoranda Raquel Araújo
Profa. Doutoranda Vânia Borgerth



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ



CONSELHO CIENTÍFICO

Cintia Vanessa Monteiro Germano Aquino* Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo, *
Francisco Alves de Souza Neto*
Ludmila Apoliano Gomes Albuquerque*
Marta Célia Chaves Cavalcante *

APOIO

Centro Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis* Edições UVA, Imprensa Universitária*
Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI)*

* Universidade Estadual Vale do Acaraú -UVA, Brasil

SUMÁRIO

A LEI NACIONAL 13.267/2016 E A CARACTERIZAÇÃO DE EMPRESA JÚNIOR NO BRASIL – UM ESTUDO DA CONTAR DOM JOSÉ. Ana Joyce Vasconcelos; Maria; Graciellen Sousa da Silva; Luciene Santos Lima8

A RELAÇÃO ENTRE DIVULGAÇÃO DE PRÁTICAS *ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE* E O DESEMPENHO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS. Emanuel Mota Torre de Sousa; Ana Livia Goiana Lopes; Diego Dantas Siqueira; John Pablo Cândido Dantas Silva9

ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS CONTADORES IPUENSES ACERCA DA IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE PARA O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL. Gisele Farias de Sousa; Cintia Vanessa Monteiro Germano Aquino10

COMITÊ DE AUDITORIA, GOVERNANÇA E AUDIT DELAY. Virna Melo Matos; Milena Mota Bastos; Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo11

CONTABILIDADE E TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DE RECURSOS EM PROJETOS SOCIAIS: A IMPORTÂNCIA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS EM INICIATIVAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. Joely Ribeiro Liberato; Kauan Harley Vasconcelos; Gabrielle Apoliano Gomes Albuquerque Pearce12

CONTRIBUIÇÕES E LIMITAÇÕES DOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE EM RELAÇÃO AOS SERVIÇOS PRESTADOS AO MEI. Maria Laiane Sousa Albuquerque; Antônia Regina do Nascimento; Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo13

CRÉDITOS DE CARBONO VOLUNTÁRIOS VS. REGULATÓRIOS: EXPLORANDO AS DIFERENÇAS E IMPACTOS PARA AS EMPRESAS. Ana Beatriz Albuquerque Mendes de Vasconcelos; Francisco Alves de Souza Neto; Kauan Harley Vasconcelos14

DIVULGAÇÃO, TAMANHO, DESEMPENHO E DESPESAS NO TERCEIRO SETOR: EXISTE CONEXÃO? Maria Ingrid Albuquerque Sales; Agnis de Sousa Torres; Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo15

EDUCAÇÃO EM ESG NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL CONTÁBIL. Vinícius dos Santos Araújo; Francisco Alves de Souza Neto16

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO NOVO ENSINO MÉDIO: ANÁLISE E PROPOSTA DIDÁTICA. Quiteria Lais Silva Macedo; Camila Raquel Câmara Lima17

EVIDENCIAÇÃO E RETORNO SOCIAL DO INVESTIMENTO EM ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR. Hermes Oliveira Carvalho; Antônia Julykecia Paiva; Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo18



GOVERNANÇA, DESPESAS E CRESCIMENTO ECONÔMICO DAS AMÉRICAS. Dhane Kelem Nascimento Rodrigues; Ana Clara dos Santos; Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo	19
MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE O IMPOSTO SELETIVO. Maria Andriele Silva de Lira; Raissa Maria Marcelino Lopes; Luziberto Barrozo Carneiro	20
OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO. Renata dos Santos Nascimento; Alice Sara de Oliveira Paiva; Helena Mara de Oliveira Lima	21
PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS SOBRE O DINHEIRO: UM ESTUDO EM UMA UNIVERSIDADE ESTADUAL. Fernanda Ellen Rodrigues de Oliveira; Geovanne Dias de Moura	22
REFORMA TRIBUTÁRIA E DESIGUALDADE DE GÊNERO: UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA SISTEMATIZADA. Alice Sara de Oliveira Paiva; Renata dos Santos Nascimento; Helena Mara Oliveira Lima	23
TRANSPARÊNCIA, RECEITAS E DESPESAS PÚBLICAS DOS MUNICÍPIOS CEARENSES. Maria Caroline Carvalho; Ivana de Souza Moraes; Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo	24
UMA ANÁLISE SOB O ENFOQUE DO ATRIBUTO PERSISTÊNCIA: LUCRO LÍQUIDO <i>VERSUS</i> LUCRO OPERACIONAL. Ubirajara Rocha Fontenele Neto; John Pablo Cândido Dantas Silva; Diego Dantas Siqueira	25
A EVOLUÇÃO DA APLICAÇÃO DA TECNOLOGIA <i>BLOCKCHAIN</i> NO MERCADO FINANCEIRO. Geovana Ávila Cruz; Francisco Alves de Souza Neto.....	26
AÇÃO DE EXTENSÃO BRINCANDO E APRENDENDO SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA. Ana Clara da Silva Duarte;Felipe Rodrigues Mendes; Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino.....	27
ANÁLISE DO CLIMA ORGANIZACIONAL DO IBGE: EVOLUÇÃO E TENDÊNCIAS DE 2019 A 2022. João Antonio Severiano Lopes; Arthur Parente Frota; José Hamilton Máximo de Almeida	28
ANÁLISE DO NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS ESTUDANTES DE ESCOLAS PROFISSIONALIZANTES SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA. Alexandro Rodrigues da Costa; Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino	29
ASPECTOS CONTÁBEIS PARA CONSTITUIÇÃO DAS EMPRESAS JÚNIOR – UM ESTUDO DA CONTAR DOM JOSÉ. Maria Rosenir de Farias Abreu; Gabrielly Pereira Viana; José Humberto Alves Sobreira	30



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ



CONSTITUIÇÃO LEGAL DAS EMPRESAS JUNIORES – UM ESTUDO DA CONTAR DOM JOSÉ. Igor Aparecido Matos de Araújo; Francisco Marklean de Albuquerque Sousa; Luciene Santos Lima	31
DESAFIOS DA GESTÃO PÚBLICA NA ERA DIGITAL: UM ESTUDO DE CASO NA AGÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOBRAL – CE. Ana Karoline Roberto Rodrigues; Aline Kessia Marques Barbosa; Francisco Leon Torres de Sousa	32
EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA CRIANÇAS: VISÃO DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL. Rebeca Gomes Lopes; Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino	33
EMPREENDEDORISMO DA EMPRESA JUNIOR: ESTUDO DA HUB DA CONTAR DOM JOSÉ. Matheus da Costa Lopes; João Victor das Chagas Lima; Luciene Santos Lima	34
GASTOS COM MORADIA, TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO DOS ACADÊMICOS DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA ESTADUAL. Antonio Elias Rosa; Fernanda Ellen Rodrigues de Oliveira; Geovanne Dias de Moura	35
LIDERANÇA: DA INSPIRAÇÃO À TRANSFORMAÇÃO. Sabrina Rodrigues Soares; João Antonio Severiano Lopes; Sefisa Quixadá Bezerra	36
PRODUÇÃO DA CARTILHA DO PROJETO BRINCANDO E APRENDENDO SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA. Carlos Vinícius Aragão de Araújo; Livia Magalhães de Oliveira; Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino	37
UMA ANÁLISE DO PROJETO PÉ-DE-MEIA COMO UMA POLÍTICA PÚBLICA E INSTRUMENTO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE ITAREMA/CE. Wabner Lopes Gomes; Ana Clara dos Santos; Gabrielle Apoliano Gomes Albuquerque Pearce	38



A LEI NACIONAL 13.267/2016 E A CARACTERIZAÇÃO DE EMPRESA JÚNIOR NO BRASIL - UM ESTUDO DA CONTAR DOM JOSÉ

Ana Joyce Vasconcelos

ejcccontar@gmail.com

Maria Graciellen Sousa da Silva

ejcccontar@gmail.com

Luciene Santos Lima

lima_luciene@uvanet.br

Introdução: A Lei 13.267/2016, sancionada em 6 de abril de 2016, foi a primeira lei criada para empresas juniores, tendo por ponto essencial a definição do Conceito Nacional de Empresas Juniores. “Esta Lei disciplina a criação e a organização das associações denominadas empresas juniores, com funcionamento perante instituições de ensino superior” (Lei Nacional 13.267/2016, Art. 1º, p.1). **Objetivo:** Assim, o objetivo foi identificar segundo os critérios legais, a caracterização de uma empresa júnior, destacando o comparativo da caracterização da Empresa Junior Contar Dom José, do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. **Metodologia:** Com isso, o estudo fez um levantamento junto a legislação em estudo e o estatuto da Contar Dom José. Segundo o artigo 2º, da Lei 13.267/2016, pode-se considerar empresa júnior a entidade organizada sob a “forma de associação civil gerida por estudantes matriculados em cursos de graduação de instituições de ensino superior, com o propósito de realizar projetos e serviços que contribuam para o desenvolvimento acadêmico e profissional dos associados, capacitando-os para o mercado de trabalho”. **Resultados e discussões:** Devendo a EJ possui inscrição no Registro Civil das Pessoas Jurídicas e no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, onde a mesma deve ser vinculada a instituição de ensino superior (BRASIL, 2016, Lei Nacional 13.267/2016). A EJ Contar Dom José possui as devidas caracterizações segundo o estatuto, possui CNPJ e registro junto ao cartório, tendo vínculo com o Curso de Ciências Contábeis da UVA. **Conclusões:** Assim, constata-se Contar Dom José atende os critérios legais de caracterização de uma empresa júnior, buscando a formação dos estudantes na relação teoria, prática e mercado de trabalho.

Palavras-chave: Empresas Juniores; Lei 13.267/2016; Caracterização



A RELAÇÃO ENTRE DIVULGAÇÃO DE PRÁTICAS *ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE* E O DESEMPENHO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS

Emanoel Mota Torre de Sousa

emanoelmtg@gmail.com

Ana Livia Goiana Lopes

analiviaglopes@gmail.com

Diego Dantas Siqueira

dantas_diego@uvanet.br

John Pablo Cândido Dantas Silva

john_pablo@uvanet.br

Introdução: Nas últimas décadas, tem havido um aumento considerável da preocupação com questões de responsabilidade social e ambiental. Esta preocupação tem levado a uma pressão cada vez maior para que as empresas adotem mecanismos que permitam reduzir o impacto de suas ações no meio ambiente e sociedade. Fato que ocasionou uma expansão na divulgação deste tipo de informação por parte das empresas (Li et al., 2018). Nesse sentido, o termo ESG foi desenvolvido em um relatório de 2004 (Grodt et al., 2024) e se refere a três elementos centrais na perspectiva das práticas sustentáveis e de responsabilidade social corporativa (RSC) pilar: Ambiental (Environmental), Social (Social) e Governança (Governance) (Silva; Carvalho, 2024). Estando relacionado à forma com que as organizações e os investidores consideram as perspectivas ambientais, sociais e de governança em seus modelos de negócios (Grodt et al., 2024; Li et al., 2021). De forma geral, o pilar ambiental engloba a inovação, o uso de recursos naturais e emissões; o pilar social abrange as categorias de direitos humanos, comunidade, força de trabalho e responsabilidade do produto; por fim, o pilar de governança está relacionado as estratégias de RSC, gestão e acionistas (Grodt et al., 2024). A literatura aponta uma série de benefícios que uma maior divulgação de práticas ESG pode gerar para as empresas tais como, maior satisfação do consumidor, legitimidade, e atendimento as expectativas das partes interessadas e acionistas, o que pode levar a um aumento no desempenho das empresas (Piccinin et al., 2023). No entanto, não está claro se uma maior divulgação de práticas ESG contribui para um aumento no desempenho. Havendo pesquisas que apontam para uma relação positiva (Piccinin et al., 2023), outros encontraram uma relação negativa (Duque- Grisales; Aguilera-Caracuel, 2021), ou inexistente (Nekhili et al., 2017). Existindo, portanto, a necessidade de novas pesquisas para uma melhor compreensão sobre o assunto. **Objetivo:** Nesse sentido, esta pesquisa objetiva analisar a relação entre a divulgação ESG e o desempenho das empresas brasileiras. **Metodologia:** Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma pesquisa descritiva, documental e quantitativa com todas as empresas brasileiras não financeiras com dados disponíveis na Refinitiv Eikon® de 2010 a 2021, totalizando 802 observações. A variável dependente do estudo foi o retorno sobre o ativo (ROA) calculado pela divisão do lucro operacional pelo ativo total das empresas. Por sua vez, a variável dependente foi o score ESG. Além disso, essa relação foi controlada pelo tamanho da empresa, crescimento da receita e endividamento. Para análise dos dados foi utilizado regressão linear múltipla. **Resultados e discussões:** Os resultados evidenciaram uma relação positiva e estatisticamente significativa ao nível de 1% entre a divulgação ESG e o desempenho das empresas. Sinalizando que quanto maior a divulgação ESG maior o desempenho organizacional. Este resultado evidencia o potencial de tais práticas de contribuir para a melhoria em diferentes aspectos da organização. **Conclusão:** Portanto, os resultados encontrados permitem alcançar o objetivo do estudo ao constatar que existe uma relação positiva e significativa entre as práticas ESG e o desempenho empresarial, e se alinha a pesquisa de Piccinin et al. (2023) que também verificaram a presença desta relação.

Palavras-chave: *Environmental, Social and Governance*; Desempenho; Companhias brasileiras.



ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS CONTADORES IPUENSES ACERCA DA IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE PARA O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Gisele Farias de Sousa

Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

giselefarias434@gmail.com

Cintia Vanessa Monteiro Germano Aquino

Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

cintia_monteiro@uvanet.br

Introdução: Os Microempreendedores Individuais (MEIs) representam 69,47% das empresas optantes pelo Simples Nacional, totalizando 15,7 milhões de negócios formais até dezembro de 2023 (Receita Federal, 2023), o que demonstra sua relevância para o desenvolvimento socioeconômico do país. O MEI foi criado pela Lei Complementar nº 128/2008 e teve como objetivo simplificar a formalização de pequenos empreendedores, diminuindo burocracias e incentivando a transição para a formalidade (Cavalheiro; Mariano, 2023). Para garantir seu desenvolvimento e a oportunidade de permanecer no mercado, as micro e pequenas empresas precisam de orientação diferenciada e noções gerenciais (Torres; Gouveia; Kamlot, 2019). Contudo, a legislação dispensa os MEIs da obrigatoriedade de manter a escrituração contábil, o que pode deixar muitos empresários sem o apoio necessário para lidar com questões fiscais, tributárias e financeiras. **Objetivo:** Logo, esse estudo verificou a visão dos profissionais contábeis do município de Ipu acerca da importância da contabilidade para MEIs. Ipu é uma cidade com economia em crescimento e baseada principalmente no comércio e serviços. **Metodologia:** Utilizou-se uma abordagem qualitativa, com finalidade descritiva, sendo realizadas entrevistas com oito profissionais contábeis de seis escritórios de contabilidade em Ipu no ano de 2024. O roteiro de entrevista foi baseado em Dias, Almeida e Lima (2019), Assis e Ceolin (2021), Oliveira, Miranda e Takamatsu (2021), Bergamo e Pereira (2022) e Duarte, Padilha e Padilha (2024). **Resultados e Discussões:** Os contadores entrevistados acreditam que a contabilidade é essencial para o crescimento sustentável dos MEIs, mas observam que a maior parte dos MEIs só buscam orientação contábil quando enfrentam problemas de inadimplência ou quando excedem o limite de faturamento. Verificou-se que os serviços oferecidos focam nas atividades básicas e obrigatórias ao MEI, como abertura do CNPJ e declaração anual de faturamento. A busca por serviços adicionais, como consultoria e assessoria contábil são limitadas. Ademais, apontou-se a falta de interesse e condições financeiras dos microempreendedores como fatores que limitam o uso de serviços contábeis mais completos. Apesar disso, os contadores não demonstraram proatividade em mostrar como a contabilidade pode ser capaz de contribuir para a gestão e desenvolvimento desses negócios, bem como a importância dessa ferramenta como fonte de informações financeiras úteis para a tomada de decisão desse pequeno empreendedor. **Conclusões:** Apesar de os entrevistados destacarem a falta de interesse e de recursos financeiros dos MEIs como obstáculos para a oferta de serviços especializados, conclui-se que os profissionais podem adotar uma postura mais proativa na orientação dos MEIs, mostrando a relevância da contabilidade para auxiliar na gestão e crescimento sustentável desses negócios.

Palavras-chave: Microempreendedor Individual; contabilidade para MEI; serviços contábeis.



COMITÊ DE AUDITORIA, GOVERNANÇA E AUDIT DELAY

Virna Melo Matos

vyrna.mello.matos@gmail.com

Milena Mota Bastos

milasbastos@gmail.com

Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo

francymacedo2011@gmail.com

Introdução: A auditoria é uma das ferramentas utilizadas para assegurar a fidedignidade das demonstrações financeiras, todavia, o esforço da empresa para obter relatórios financeiros de qualidade, exige boa governança. Dentre os mecanismos de governança, encontra-se o conselho de administração, que por sua vez é assessorado por um comitê de auditoria que tem o papel de: auxiliar na qualidade dos demonstrativos contábeis e dos controles internos, primar pela fidedignidade das informações, etc. Ao emitirem opinião sobre o nível de confiança das informações contábeis, a atuação dos auditores independentes colabora para um ambiente de negócios mais confiável, sendo a governança um esforço a mais em prol da elaboração de demonstrativos financeiros de qualidade, propiciando à gestão o instrumental necessário para que haja alinhada com os objetivos organizacionais. **Objetivo:** Verificar a influência das características do comitê de auditoria e da governança corporativa no atraso dos relatórios de auditoria das companhias abertas listadas na B3. **Metodologia:** Pesquisa descritiva, documental e quantitativa. A população foram as 449 empresas listadas na Brasil Bolsa Balcão. O período foi 2010 a 2023. Para a análise utilizaram-se estatísticas descritivas e regressão linear múltipla. “*Audit Delay*” foi a variável dependente. Já as variáveis presenças de comitê de auditoria, tamanho do comitê de auditoria, expertise do comitê de auditoria, independência do comitê de auditoria e tipo da empresa de auditoria foram as *proxies* utilizadas das características do comitê de auditoria. Ao passo que a variável governança corporativa foi calculada com base nos segmentos. Afinal, as empresas que compõem as carteiras Nível 1; Nível 2; Novo Mercado e Bovespa Mais seguem padrões de governança corporativa diferenciados, comparado às empresas do segmento tradicional. As variáveis de controle foram tamanhas da empresa de auditoria; ROA, ROE e ROIC. **Resultados e Discussões:** Os resultados demonstraram que diversas empresas da B3 apresentavam atrasos em relação à entrega dos relatórios de auditoria, descumprindo, assim, direcionamentos de órgãos reguladores, como Comissão de Valores Mobiliários e Banco Central. Viu-se também que empresas com maior nível de endividamento e concentração acionária tinham tendência a apresentar “*audit delay*” menor, enquanto o retorno sobre o capital investido mostrou-se inversamente proporcional ao atraso na entrega dos relatórios. Notou-se que empresas listadas em segmentos de maior exigência de governança, como nível 1, nível 2 e Bovespa Mais, apresentaram “*audit delay*” menor, reforçando a importância da transparência e da responsabilidade na entrega de informações contábeis. **Conclusões:** Ao final, concluiu-se que o comitê de auditoria não influenciava na tempestividade do relatório de auditoria das companhias de capital aberto listadas na B3. Ao passo que a governança corporativa exerceu influência significativa positiva sobre o *audit delay*.

Palavras-chave: Características; Comitê; Governança Corporativa; *Audit Delay*; B3.



CONTABILIDADE E TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DE RECURSOS EM PROJETOS SOCIAIS: A IMPORTÂNCIA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS EM INICIATIVAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Joely Ribeiro Liberato

liberatojoely@gmail.com

Kauan Harley Vasconcelos

kauanharley.vasc@gmail.com

Gabrielle Apoliano Gomes Albuquerque Pearce

Contábeis gabrielle_apoliano@uvanet.br

Introdução: Projetos sociais são iniciativas que visam melhorar as condições de vida de pessoas em situação de vulnerabilidade social, econômica ou cultural. Eles são desenvolvidos e gerenciados por entidades sem fins lucrativos, classificadas como do terceiro setor, que exercem papel social e desempenham caráter político na sociedade. É imprescindível que haja uma comunicação transparente e eficaz e a prestação de contas é uma forma eficiente de comprovar a eficácia das gestões. A prestação de contas é o resultado da aplicação do dinheiro repassado através de convênios, termos, contratos e outros instrumentos. Assim a entidade firma sua idoneidade, confirma que seus recursos estão sendo utilizados em prol do bem comum ao qual se propuseram e, assim, conseguem angariar mais repasses financeiros e continuar servindo a sociedade. **Objetivo:** Estudar a importância da prestação de contas dos projetos sociais, a fim de contribuir para que isso se torne um princípio organizacional que precisa ser compreendido, assumido e colocado em prática. **Metodologia:** A metodologia é a bibliográfica, executada através da análise de materiais publicados em artigos científicos, livros e outras fontes confiáveis e relevantes à temática. **Resultados e Discussões:** Segundo Targino (2008), um dos objetivos de uma Organização do Terceiro Setor (OTS) é promover a integração social e, para a sua permanência, depende de apoios e parcerias de organizações públicas e privadas. A prestação de contas assume uma oportunidade de estabelecer confiança e reestabelecer a legitimidade das organizações na mobilização social, aprimora o desempenho interno da organização e contribui com sua sustentabilidade. Ademais, previne e reduz a corrupção, como por exemplo, o favorecimento, o nepotismo, a utilização equivocada de recursos, as fraudes e toda forma de conduta nociva à integridade pessoal. Isso faz com que a informação seja pública e transparente, haja participação dos cidadãos e dos financiadores nos processos, possibilita a gestão de críticas, sugestões, reclamações e a gestão da qualidade dos serviços prestados à comunidade, além de que, facilita a angariação de recursos financeiros. Assim, o ato de prestar contas é a forma de apresentar ao público os movimentos financeiros, sendo essencial no terceiro setor uma vez que assegura a responsabilidade e confiança da entidade. Tornando assim a contabilidade indispensável, pois facilita a prestação de contas por meio de demonstrativos que fornecem ao usuário informações quanto ao recebimento, aplicação e distribuição de recursos adquiridos (Muniz, 2019). **Conclusões:** Dessa forma, a contabilidade é necessária para garantir a transparência a fim de demonstrar o emprego eficiente de seu capital. Ao aumentar a confiabilidade das informações publicadas, as instituições reforçam o seu compromisso social, conseguindo, captar recursos para financiar suas ações e fornecer ferramentas para que a sociedade seja capaz de acompanhar os serviços prestados.

Palavras-chave: Terceiro Setor; Transparência; Prestação de Contas.



CONTRIBUIÇÕES E LIMITAÇÕES DOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE EM RELAÇÃO AOS SERVIÇOS PRESTADOS AO MEI

Maria Laiane Sousa Albuquerque

slaiane492@gmail.com

Antônia Regina do Nascimento

reginanascimento2505@gmail.com

Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo

francymacedo2011@gmail.com

Introdução: A formalização do Microempreendedor Individual (MEI) pode ser interpretada como uma estratégia de política pública voltada para estimular a legalização de pequenos empreendimentos. Esse enfoque é particularmente direcionado a indivíduos que enfrentam desafios na geração de renda e que, devido a essas dificuldades, não têm capacidade financeira para suportar os elevados encargos e impostos associados à condução de uma atividade empresarial. É fato que o registro do microempreendedor individual oferece diversas vantagens para os empreendedores. Do ponto de vista econômico, a formalização contribui para o aumento das receitas arrecadas pelo Estado. Assim, ao incentivar a formalização do microempreendedor individual se cria uma fonte adicional de recursos essenciais para o sustento e a melhoria das políticas públicas, o que representa uma estratégia eficaz para fortalecer a base econômica e fiscal do Estado. **Objetivo:** Verificar as contribuições e as limitações dos serviços prestados ao microempreendedor individual (MEI) pelos escritórios de contabilidade localizados no Município de Sobral (CE). **Metodologia:** Para isso, realizou-se pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa conduzida por meio de procedimento documental. A população correspondeu aos 52 escritórios de contabilidade ativos de Sobral. Ao passo que a amostra se referiu aos 36 escritórios que responderam ao questionário. O instrumento da pesquisa utilizado foi um questionário estruturado, baseado no estudo de Dias, Almeida e Lima (2020), totalizando 37 questões. Para a análise dos dados utilizaram-se estatísticas descritivas. **Resultados e Discussões:** Os resultados demonstraram que embora os MEIs possuíssem obrigações simplificadas, muitos ainda dependiam dos serviços contábeis para gerenciar suas finanças e cumprir suas obrigações fiscais. Viu-se também que os profissionais contábeis reconheciam o potencial de crescimento dos MEIs, o que poderia levar a um aumento na demanda por seus serviços no futuro. Por outro lado, muitos contadores expressaram insatisfação com o retorno financeiro proveniente dos serviços prestados aos MEIs. A percepção de que os honorários cobrados eram baixos em relação ao esforço envolvido foi recorrente, embora muitos profissionais tenham apontado que esses valores eram justificados pela simplicidade das obrigações do MEI. **Conclusões:** Ao final, concluiu-se que, embora os contadores desempenhassem um papel essencial na formalização e no cumprimento das obrigações fiscais desses microempreendedores, suas contribuições estavam majoritariamente concentradas em serviços básicos.

Palavras-chave: Contribuições, Limitações, Serviços, Mei, Escritórios de Contabilidade.



CRÉDITOS DE CARBONO VOLUNTÁRIOS VS. REGULATÓRIOS: EXPLORANDO AS DIFERENÇAS E IMPACTOS PARA AS EMPRESAS.

Ana Beatriz Albuquerque Mendes de Vasconcelos

anatriz100@gmail.com

Francisco Alves de Souza Neto

souzancont@hotmail.com

Kauan Harley Vasconcelos

kauanharley.vasc@gmail.com

Introdução: Em um mundo onde o crescimento econômico e a evolução das tecnologias são cada dia mais acelerados, torna-se imprescindível um planejamento de preservação do meio ambiente. A fim de manter esse equilíbrio entre o avanço comercial e a sustentabilidade ambiental é necessário delimitar estratégias para mitigar e reverter os impactos causados pela ação humana. Diante desse cenário, o Protocolo de Quioto propõe uma série de ações para diminuir a degradação ambiental; um dos principais pontos tratados são os Créditos de Carbono. Segundo John. C Dernbach (2018), os créditos de carbono são certificados que resultam da redução da emissão de gases de efeito estufa (GEE), promovendo, ainda, um incentivo econômico aos países e empresas no cumprimento dos acordos ambientais internacionais. No Brasil, o mercado de Crédito de Carbono não está sujeito a uma regulamentação específica, somente segue em conformidade às normas do Acordo de Paris, todavia, mediante o Decreto nº 5.882, de 2006 e, posteriormente, ainda em fase de despacho, o PL 182/2024, esse mercado passará a dispor de sua própria legislação. O mercado de comercialização de créditos de redução na emissão dos gases de efeito estufa (GEE) possui duas vertentes: Regulados e Voluntários. Os Créditos de Carbono Regulados têm caráter legal, permitindo que as empresas compensem suas emissões de carbono para atender a legislação e aos acordos vigentes, seja a nível nacional ou internacional. O mercado de Carbono Voluntário, ao contrário do anterior, possui caráter facultativo, nele as empresas adquirem ou produzem credenciais com intuito de promover um ambiente mais limpo. **Objetivo:** O intuito desta pesquisa é entender as diferenças entre os créditos de carbono voluntários e regulatórios, visando compreender os principais impactos de sua integração. **Metodologia:** A metodologia aplicada nesta pesquisa é a bibliográfica, mediante análise de materiais publicados em revistas, artigos, sites, livros, entre outras fontes de informação confiáveis e relevantes. **Resultados e Discussões:** A título de exemplo, em setembro de 2024, o governador do Estado do Pará anunciou a venda de quase um bilhão de reais de créditos de carbono à Coalizão LEAF, em Nova York, destinando os recursos a ações de preservação ambiental e apoio às comunidades tradicionais. Esse acordo ajuda as empresas participantes a cumprir metas de sustentabilidade e fortalecer sua reputação, ao mesmo tempo em que abre novas oportunidades de negócios. **Conclusões:** É necessária a regulamentação do mercado de carbono nacional e a transparência das operações vigentes, pois contribuirá para a divulgação de dados significativos, atrair investidores (especialmente em território nacional), fornecer credibilidade e segurança na classificação jurídica e tributária da geração e venda de créditos de carbono. Além disso, o engajamento de uma empresa na esfera da sustentabilidade e que observa demais obrigações legais pode ter vantagens competitivas.

Palavras-chave: Crédito de Carbono; Sustentabilidade; Resultado Empresarial.



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ



DIVULGAÇÃO, TAMANHO, DESEMPENHO E DESPESAS NO TERCEIRO SETOR: EXISTE CONEXÃO?

Maria Ingrid Albuquerque Sales

mingridsales@gmail.com

Agnis de Sousa Torres

agnistorres@gmail.com

Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo

francymacedo2011@gmail.com

Introdução: As organizações sem fins lucrativos buscam beneficiar à sociedade, inclusive exercendo atividades que deveriam ser desempenhadas pelo próprio Estado. Alguns dos fatores que contribuíram para a expansão e fortalecimento das entidades do terceiro setor foram a deficiência do Estado na promoção de determinados serviços públicos, aliado ao protagonismo da sociedade moderna em se co-responsabilizar pelas demandas sociais. Com isso, essas entidades passaram a ser vistas como parte da solução dos problemas sociais. As entidades do terceiro setor englobam uma grande diversidade de instituições que fornecem serviços à população, envolvendo os direitos do cidadão, tais como saúde, educação, inclusão social, dentre outros. Tais organizações movimentam e apresentam números vultosos, merecendo investigações acerca de suas questões. **Objetivo:** Verificar a relação da divulgação das informações com tamanho, desempenho e despesas realizadas por organizações do terceiro setor. **Metodologia:** Pesquisa descritiva, documental e quantitativa. A amostra, correspondeu a 60 organizações que dispunham de todos os dados para a pesquisa. O período referiu-se ao intervalo entre anos de 2012 a 2022. Para mensurar o nível de divulgação utilizou-se o *checklist* de Flach, Rosa e Stupp (2014) que possui 22 itens e está dividido nas dimensões Aspectos Organizacionais e Aspectos Contábeis. Quanto aos dados em si, foram obtidos nos *websites* oficiais de cada uma das organizações do terceiro setor, entre os meses de abril e junho de 2024. Utilizaram-se também as seguintes *proxies*: Tamanho (ativo total e receita total); Desempenho (superávit/déficit); Despesas Totais. A técnica estatística utilizada foi Correlação de Pearson. **Resultados e Discussões:** Os resultados demonstraram que nenhum dos aspectos considerados no índice de evidenciação utilizado obteve 100% de divulgação das informações investigadas. Sendo o percentual de 83,33%, o maior *disclosure* informacional da amostra ao analisar-se, separadamente, cada uma das dimensões do constructo. Informa-se que no aspecto organizacional, o item melhor divulgado foi a identificação da equipe e direção (75%). Já nos aspectos contábeis, as informações mais divulgadas foram o balanço patrimonial e a demonstração do superávit ou déficit, com percentuais de divulgação de 91,66% e 90%, nesta ordem. **Conclusões:** Ao final, pode-se concluir que o nível de evidenciação informacional não influenciou no tamanho, no desempenho e nem nas despesas realizadas pelas organizações do terceiro setor. Viu-se as organizações sem fins lucrativos em análise precisavam implementar melhorias no processo de evidenciação das informações contábeis. Notou-se, sobretudo, a urgência em se sensibilizar os gestores sobre a relevância desses relatórios para o processo decisório e a própria prestação de contas pública.

Palavras-chave: Evidenciação, Informações, Terceiro setor.



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ



EDUCAÇÃO EM ESG NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL CONTÁBIL

Vinícius dos Santos Araújo

viniciussantos1822@gmail.com

Francisco Alves de Souza Neto

souzacont@hotmail.com

Introdução: O crescimento da demanda por práticas empresariais sustentáveis, baseadas nos princípios de ESG (Environmental, Social, and Governance), desafia a formação de contadores para que esses profissionais atendam às novas exigências de transparência e responsabilidade. Segundo Cohen e Simnett (2015), o papel do contador é essencial para implementar práticas de sustentabilidade, mas o ensino de Ciências Contábeis ainda não contempla integralmente essa abordagem. **Objetivo:** Este estudo busca investigar a integração dos conteúdos de ESG nos currículos dos cursos de Ciências Contábeis e avaliar as lacunas na formação dos futuros contadores em relação a essa temática. **Metodologia:** A pesquisa utiliza análise documental dos currículos acadêmicos em universidades brasileiras e entrevistas com educadores da área para entender o nível de inserção e os desafios de implementação do ESG na formação contábil. **Resultados e Discussões:** Os resultados indicam uma falta de padronização na abordagem do ESG nos currículos, o que limita a preparação dos contadores para promover práticas empresariais éticas e sustentáveis (Higgins & O'Neill, 2021). A ausência de disciplinas específicas sobre ESG afeta diretamente a habilidade desses profissionais em orientar empresas para práticas responsáveis e sustentáveis. **Conclusões:** Conclui-se que a atualização do currículo contábil é essencial para formar profissionais mais alinhados aos valores de sustentabilidade e governança, promovendo uma atuação mais ética e responsável que atende às expectativas do mercado e da sociedade.

Palavras-chave: ESG; Sustentabilidade; Formação Contábil.



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ



EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO NOVO ENSINO MÉDIO: ANÁLISE E PROPOSTA DIDÁTICA

Quiteria Lais Silva Macedo

laisilvamacedo789@gmail.com

Camila Raquel Câmara Lima

camara.lima@yahoo.com

Introdução: O Novo Ensino Médio, implementado no Brasil em 2022, introduziu um novo modelo de aprendizagem, os itinerários formativos, que permite aos estudantes optar por uma formação técnica e profissionalizante, tornando-os mais autônomos no seu ensino. Este modelo define uma nova organização curricular, mais flexível, que contempla a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a oferta de diferentes possibilidades de escolhas de disciplinas a serem cursadas, chamadas eletivas, que inclui a Educação Financeira. A educação financeira é fundamental para preparar os jovens para uma vida financeira saudável, especialmente em um contexto onde 78,3% da população está endividada, segundo a Confederação Nacional do Comércio. **Objetivo:** Neste cenário, este trabalho constitui-se em um recorte da pesquisa de trabalho de conclusão de curso da autora e tem como objetivo apresentar uma sequência didática (SD) de Educação Financeira que foi aplicada em uma turma do 1º ano da Escola de Tempo Integral Aracy Magalhães Martins, em Santa Quitéria, Ceará. A proposta visa auxiliar os alunos no controle de suas finanças pessoais e familiares, proporcionando conhecimentos básicos em matemática financeira. **Metodologia:** A SD foi amparada na teoria construtivista e sociointeracionista da aprendizagem, que enfatiza a importância da interação do aluno com o conhecimento e com o meio social. Assim, inicialmente, foram apresentados aos alunos situações que favorecem o aprendizado de conceitos, como porcentagem, juros, descontos, investimentos, dentre outros. Após esta fase, foram realizadas atividades práticas, como a elaboração e aplicação de um questionário na própria comunidade, com questões que estabelecessem relações com a realidade do meio em vivem e o conteúdo estudado em sala. Como produção final, a pesquisa incluiu a elaboração de uma cartilha com termos e conceitos básicos de educação financeira, utilizando uma linguagem acessível e ilustrações para facilitar a compreensão. Além disso, foram abordados conteúdos de Estatística, visando à interpretação e análise dos dados coletados a partir do questionário aplicado. **Resultados e discussões:** Os resultados indicaram a necessidade de uma educação financeira mais abrangente. A cartilha desenvolvida serviu como um recurso valioso, promovendo o entendimento de conceitos financeiros e a importância do planejamento. A utilização de gráficos e tabelas ajudou os alunos a visualizar dados e compreender a relevância da informação estatística em suas vidas. **Conclusão:** Conclui-se que a integração da Educação Financeira ao Novo Ensino Médio é fundamental para formar cidadãos mais conscientes e capacitados a tomar decisões financeiras. Este trabalho demonstra a importância de desenvolver habilidades práticas e teóricas em finanças pessoais, contribuindo não apenas para a formação dos alunos, mas também para o fortalecimento de suas famílias. A educação financeira, aliada a uma abordagem estatística, pode impactar positivamente a qualidade de vida dos estudantes e da comunidade como um todo.

Palavras-chave: Educação Financeira, Ensino de Matemática, Estatística.



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ



EVIDENCIAÇÃO E RETORNO SOCIAL DO INVESTIMENTO EM ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

Hermeson Oliveira Carvalho

hermesonoliveira29@gmail.com

Antônia Julykecia Paiva

paivajulykecia@gmail.com

Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo

francymacedo2011@gmail.com

Introdução: A evidenciação de informações das entidades do terceiro setor é fundamental na tomada de decisões dos possíveis apoiadores dos projetos sociais, além de ter maior grau de confiabilidade e segurança no seguimento dos projetos, mostrando como os projetos e ações sociais estão contribuindo para melhorar a sociedade. Em outras palavras, o nível de evidenciação das informações desempenha um papel crucial no terceiro setor, refletindo diretamente no retorno social do investimento (RSI) realizado nessas organizações. Uma vez que, a transparência e o detalhamento na divulgação de informações financeiras e não financeiras proporcionam aos *stakeholders* – incluindo investidores, doadores e a sociedade em geral – uma visão clara do uso dos recursos e do resultado social gerado, fortalecendo a confiança e a credibilidade das organizações. **Objetivo:** Verificar a influência da evidenciação no retorno social do investimento das organizações do terceiro setor brasileiras **Metodologia:** Para isso, realizou-se pesquisa descritiva, quantitativa e documental. A amostra referiu-se às 204 maiores organizações do terceiro setor que dispunham de todos os dados para o modelo. O período de análise referiu-se ao intervalo entre anos de 2012 a 2022. Para mensurar o nível de evidenciação informacional utilizou-se o *checklist* baseado no estudo de Flach, Rosa e Stupp (2014). As variáveis independentes utilizadas foram: Ativo total; Passivo total; Receita total; Despesa total; Ativo circulante; Ativo não circulante; Passivo não circulante; Passivo circulante; Caixa proveniente das atividades de financiamento. Ao passo que, as variáveis de controle foram: Caixa gerado pelas atividades operacionais; Caixa gerado pelas atividades de investimentos; Projetos realizados; Capital social; Patrimonio social; Superavit/déficit acumulado; Superavit/déficit do exercício. Para tratamento dos dados, utilizaram-se estatísticas descritivas e regressão linear múltipla. **Resultados e Discussões:** Os resultados demonstraram que as entidades do terceiro setor analisadas registraram uma média de evidenciação em torno de 29%, aproximadamente. Resultados similares foram encontrados quando se observou o *disclosure* informacional das informações qualitativas (aspectos organizacionais do índice) e quantitativas (aspectos contábeis do índice), visto terem apresentado percentuais de 33,75% e 23,73%, respectivamente. Há que se ressaltar ainda, que em se tratando das informações quantitativas, estas estavam apresentadas de maneira sintética, em sua maioria. Denotando, assim, necessidade de maior e melhor divulgação das informações contábeis pelos entes em análise. **Conclusões:** Por fim, os resultados indicaram que o nível de evidenciação era relativamente baixo, indicando que embora tenha havido uma sutil evolução nos parâmetros de divulgação informacional pelas organizações do terceiro setor, tais resultados necessitavam melhorar mais e, de modo progressivo.

Palavras-chave: Evidenciação, Informações, Valor econômico, Terceiro setor.



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ



GOVERNANÇA, DESPESAS E CRESCIMENTO ECONÔMICO DAS AMÉRICAS

Dhane Kelem Nascimento Rodrigues

dhanerodrigues22@gmail.com

Ana Clara dos Santos

clarinhasantos1607@gmail.com

Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo

francymacedo2011@gmail.com

Introdução: A governança pública desempenha um papel fundamental na promoção do crescimento econômico sustentável, especialmente por meio da gestão eficiente das despesas públicas. Uma governança pública robusta promove a transparência, a responsabilidade e a eficiência na alocação de recursos, fatores essenciais para a estabilidade e o desenvolvimento econômico. Em contextos onde as despesas públicas são direcionadas estrategicamente para setores como infraestrutura, educação e saúde, o reflexo sobre o crescimento econômico tende a ser positivo, fortalecendo a capacidade produtiva e melhorando o bem-estar social. Intui-se, portanto, que as políticas públicas que priorizam a boa governança são cruciais para maximizar o retorno das despesas públicas e estimular um crescimento econômico inclusivo e duradouro, criando um ciclo virtuoso. **Objetivo:** Verificar a influência dos fatores de governança pública na composição (estrutura e tamanho) das despesas públicas e no crescimento econômico dos países das Américas do Norte, Central e Sul. **Metodologia:** Para isso, realizou-se pesquisa descritiva, documental e quantitativa. A amostra compreendeu 36 países das Américas. Para a análise utilizaram-se estatísticas descritivas e dados em painel. A estrutura das despesas seguiu a *Classification of the Functions of Government* (COFOG), sendo todas em proporção do Produto Interno Bruto (PIB). Como variáveis independentes, utilizaram-se os fatores de governança pública do *Worldwide Governance Indicators* (WGI), variando de -2,5 a 2,5, com valores mais altos correspondendo a uma melhor governança. As variáveis de controle foram: população total; percentual da população com mais 65 anos e renda per capita. Os dados utilizados compreenderam o intervalo de 2000 a 2022 e foram coletados no *World Bank* e *International Monetary Fund*. **Resultados e Discussões:** Os resultados demonstraram que o Canadá foi o país com a melhor governança em praticamente todos os anos da amostra, seguido dos Estados Unidos. E apenas um país da América do Sul ficou no Top20 de melhor governança, no caso o Chile. Viu-se ainda que o produto interno bruto, que neste estudo representou o crescimento (desenvolvimento) econômico do país, registrou conexões significativas entre praticamente todos fatores de governança e o crescimento, quase sempre de modo positivo. À exceção do fator corrupção que exerceu influência negativa, logo, intuiu-se que quanto maior a corrupção, menor o crescimento econômico do país. Observou-se também que a qualidade da governança pública, medida por diferentes fatores, influenciou a composição (estrutura e tamanho) das despesas públicas, ora positiva, ora negativamente. **Conclusões:** Ao final, pode-se concluir que os fatores de governança pública sugeriram o *layout* das despesas públicas dos países das Américas (Norte, Central e Sul), bem como o próprio crescimento de cada nação estudada, dentro do intervalo proposto.

Palavras-chave: Fatores, Governança pública, Composição, Despesas públicas.



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ



MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE O IMPOSTO SELETIVO

Maria Andriele Silva de Lira

Andrielesilva28@gmail.com

Raissa Maria Marcelino Lopes

Raissam2906@gmail.com

Luziberto Barrozo Carneiro

Carneiro_barrozo@uvanet.br

Introdução: A emenda constitucional 132/2023 transformou a tributação com a fusão de tributos em um imposto sobre valor adicional (IVA). A emenda aprovada também criou o imposto seletivo (IS), tendo como incidência sobre bens e serviços prejudiciais a saúde e ao meio ambiente, sendo sua competência federal; tal imposto também é chamado de “imposto do pecado”. **Objetivo:** O objetivo geral da pesquisa é avaliar o perfil da produção científica sobre imposto seletivo no Brasil. Para atender o objetivo geral, estipulou-se os seguintes objetivos específicos: a) descrever as características dos artigos e autores; b) identificar aspectos metodológicos dos artigos e c) verificar aspectos abordados nos artigos como temas de pesquisa, abordagens, principais resultados e sugestões para futuras pesquisas. Este estudo está classificado como descritivo quanto aos objetivos, quantitativo quanto a abordagem do problema e documental quanto aos procedimentos. **Metodologia:** A técnica de coleta de dados utilizada foi a bibliometria, utilizando o caminho de pesquisa nas bases de dados *Web of science*, *Scopus*, *Scielo*, *Google acadêmico* e *Oasis IbiCT* pelos termos “imposto seletivo”; “imposto do pecado”; “IS” e; “emenda constitucional 132”, considerando o período de 2022 a 2024. **Resultados e discussões:** Os resultados encontrados destacam pesquisas que buscam trazer reflexões a respeito do tema do ponto de vista qualitativo por vezes comparando com outras normas regulamentadoras. Os achados também denotam um perfil predominante de pesquisas qualitativas, descritivas e documentais. Quanto aos autores há uma diversidade de autores publicando sobre esta temática, não ocorrendo a prevalência de destaque de nenhum autor em específico em detrimento aos demais. As principais temáticas abordadas relacionadas ao imposto seletivo são as que buscam tratar da implementação do imposto seletivo e seus impactos em setores específicos ou gerais. As principais sugestões de pesquisas futuras são as de novas pesquisas sobre os impactos do imposto seletivo em outras entidades e com uma margem maior de tempo, visto que a emenda é datada do ano 2023. **Conclusão:** Conclui-se que há poucas pesquisas sobre o imposto seletivo e que as principais pesquisas estão relacionados ao impacto de tal norma nas empresas e no perfil do consumo.

Palavras-chave: Imposto seletivo; Reforma tributária; Tributação dual.



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ



OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO

Renata dos Santos Nascimento

renata.pires2504@gmail.com

Alice Sara de Oliveira Paiva

Alicesaradeoliveirapaiva2002@gmail.com

Helena Mara de Oliveira Lima

helenamara@uvanet.br

Introdução: A Constituição Federal de 1988 estabelece a igualdade de gênero e proíbe toda e qualquer forma de discriminação, porém historicamente as mulheres foram impedidas de exercer outras atividades laborais que não estivessem relacionadas com a função do cuidado familiar. A participação feminina no mercado de trabalho é uma conquista advinda de lutas diárias do feminismo contra um sistema patriarcal que está enraizado há séculos na base da cultura social que insiste em tolher os direitos das mulheres em assumirem o protagonismo das suas próprias vidas. **Objetivo:** Identificar os principais desafios enfrentados pelas mulheres no mercado de trabalho. **Metodologia:** A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica sistematizada que foi realizada na base de dados da Scientific Electronic Library Online (SciELO) a partir dos descritores mulheres, mercado de trabalho, igualdade de gênero e desafios. **Resultados e Discussões:** Os artigos pesquisados enfatizam que a conciliação da atividade laboral com as funções de cuidado exercidas pelas mulheres no âmbito doméstico dificulta a empregabilidade feminina, como também criam estereótipos de gênero que desconsideram as habilidades e competências que as mulheres possuem, como também impedem que estas possam galgar espaços de destaque nas organizações e ter a tão almejada independência social e financeira. **Conclusões:** Sob essa perspectiva, é importante desenvolver e implementar políticas públicas de apoio para mulheres no sentido de promover uma sociedade justa e igualitária, pautada nos fundamentos constitucionais da dignidade da pessoa humana, dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, onde as trabalhadoras possam ter direito às oportunidades de crescimento pessoal e profissional.

Palavras-chaves: Mercado; Desafios; Mulheres; Patriarcado.



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ



PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS SOBRE O DINHEIRO: UM ESTUDO EM UMA UNIVERSIDADE ESTADUAL

Fernanda Ellen Rodrigues de Oliveira

Fernandaoliv74@gmail.com

Geovanne Dias de Moura

geomoura@terra.com.br

Introdução: O dinheiro é um elemento central na economia e na vida das pessoas, permeando relações sociais e influenciando os rumos da sociedade. Sua função como meio de troca faz dele um objeto de estudo em diversas áreas do conhecimento, incluindo as Ciências Contábeis. Assim, a sociedade explora, de diferentes formas, o significado do dinheiro, e cada campo do saber oferece uma perspectiva única para compreendê-lo. Entre os jovens universitários de Ciências Contábeis, o tema é de grande relevância, mas ainda carece de investigações, considerando o papel fundamental que esses futuros profissionais desempenharão nas empresas e na sociedade. Compreender as percepções desse grupo é essencial para o desenvolvimento de programas de educação financeira eficazes e para promover uma gestão financeira responsável e ética nas organizações em geral. **Objetivo:** Diante deste contexto, o objetivo geral da pesquisa foi verificar a percepção dos discentes do curso de Ciências Contábeis de uma Universidade Estadual em relação ao dinheiro. Para isso, foi realizada uma pesquisa descritiva, do tipo levantamento, com abordagem quantitativa. **Metodologia:** O instrumento de coleta de dados foi um questionário dividido em duas partes: a primeira continha 12 perguntas de caráter pessoal, com questões fechadas e de múltipla escolha, para traçar o perfil dos respondentes. A segunda parte incluía 82 questões fechadas, utilizando uma escala *Likert* de cinco pontos. O questionário buscou avaliar a percepção dos respondentes sobre o dinheiro, abordando nove componentes: Prazer, Poder, Conflito, Desapego, Sofrimento, Progresso, Desigualdade, Cultura e Estabilidade. A amostra foi composta por 182 estudantes regularmente matriculados, que responderam ao questionário no primeiro semestre de 2024. **Resultados e discussões:** Os resultados revelaram que havia um forte consenso em relação a percepção de que o dinheiro proporcionava estabilidade, que possuía um papel positivo para o progresso e um potencial negativo para gerar conflitos. Verificou-se ainda que havia um consenso moderado sobre a percepção de que o dinheiro proporcionava desigualdade entre classes, aumentava o poder dos indivíduos e proporcionava prazer. Também se constatou que havia um menor consenso no tocante a percepção de que o dinheiro era importante para investimentos culturais, bem como, menor consenso ainda, quanto a percepção de que o dinheiro pode estar associado ao sofrimento. **Conclusão:** Conclui-se, com base nos resultados, que é fundamental para a área de Ciências Contábeis desenvolver uma abordagem educativa que transcenda os aspectos técnicos da gestão financeira, incluindo reflexões sobre os impactos sociais, éticos e emocionais do uso e do valor do dinheiro. Essa abordagem pode enriquecer a compreensão dos futuros profissionais, preparando-os para enfrentar os desafios econômicos contemporâneos de forma mais consciente e responsável.

Palavras-chave: Percepções dos Estudantes; Ciências Contábeis; Dinheiro.



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ



REFORMA TRIBUTÁRIA E DESIGUALDADE DE GÊNERO: UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA SISTEMATIZADA

Alice Sara de Oliveira Paiva

alicesaradeoliveirapaiva2002@gmail.com

Renata dos Santos Nascimento

renata.pires2504@gmail.com

Helena Mara Oliveira Lima

helena_mara@uvanet.br

Introdução: Por muito tempo as políticas tributárias não priorizavam as especificidades de gênero e acabavam desconsiderando os princípios basilares do sistema tributário como igualdade tributária, capacidade contributiva, bem como a aplicação da essencialidade e seletividade. Dessa forma feriam os princípios constitucionais, onde a desigualdade de gênero deveria ser discutida e combatida de forma a construir uma sociedade livre, justa e solidária. Entretanto a Emenda Constitucional 132/2023 trouxe em seu art. 9º o regime diferenciado de tributação, que abrange o Imposto sobre Bens e Serviços - IBS e a Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS, quanto aos produtos de cuidados básicos à saúde feminina. **Metodologia:** Para realização do trabalho foi utilizada o método da pesquisa bibliográfica sistematizada na base de dados Scientific Electronic Library Online - Scielo e Google Acadêmico com a utilização dos descritores: reforma tributária, desigualdade de gênero, e mulher. Foram encontrados onze resultados dos quais cinco artigos foram descartados por não contemplar o objetivo da pesquisa. Também foram usadas como fonte da pesquisa a EC 132/2023 e PL 68/2024. **Resultados e Discussões:** A Emenda Constitucional 132/2023 e o PL 68/2024 trazem, menções a dispositivos de redução de alíquotas e isenção diretamente ligados às mulheres sobre produtos de cuidados básicos à saúde menstrual, dispositivos médicos como DIU e preservativo, produtos de higiene íntima que englobam absorventes íntimos, medicação utilizada na terapia hormonal feminizante de mulheres trans, bem como medicamento utilizadas no tratamento de SOP(Síndrome de Ovários Policísticos), anticoncepcionais e ainda prevê a redução de alíquota sobre serviços de assistência ao parto e pós-parto. A criação da Cesta Básica Nacional de Alimentos garante uma alimentação saudável e ao diminuir os preços dos alimentos, por meio da fixação de alíquota zero, colabora de forma positiva com os orçamentos das mulheres, pois em sua grande maioria são as provedoras dos arranjos familiares como principais responsáveis por assumirem os gastos com despesas de cuidados e com a alimentação. **Conclusões:** Com a realização da pesquisa foi possível concluir que apesar da reforma tributária reduzir alíquotas de produtos de consumo inerentes a condição feminina e tentar atender a perspectiva de gênero, nota-se que houve a preocupação com tributação sobre o consumo, deixando de lado a redistribuição da carga tributária para priorizar a população de baixa renda, isto é, o sistema tributário deveria focar também na aplicação do princípio da capacidade contributiva, tornando a carga tributária proporcional ao patrimônio. Contudo as reduções e isenções de alíquotas do IBS e CBS sobre produtos de consumo feminino representam um avanço na luta pela igualdade de gênero e contribuem para a mitigação da problemática de gênero.

Palavras-chave: Reforma Tributária; Gênero; Desigualdade; Mulher; Sistema Tributário.



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ



TRANSPARÊNCIA, RECEITAS E DESPESAS PÚBLICAS DOS MUNICÍPIOS CEARENSES

Maria Caroline Carvalho

caroline.fin.jf@gmail.com

Ivana de Souza Moraes

ivanasouzamoraes@gmail.com

Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo

francymacedo2011@gmail.com

Introdução: A transparência fiscal é um elemento chave para a eficiência e a credibilidade na gestão das receitas e despesas públicas, uma vez que ela permite que cidadãos, investidores e instituições monitorem e avaliem a utilização dos recursos do Estado. Em sistemas onde a estrutura das receitas e despesas públicas é clara e acessível, é possível identificar e corrigir desequilíbrios fiscais com maior agilidade, promovendo uma alocação de recursos mais eficaz e alinhada às necessidades sociais. A transparência nos dados fiscais também facilita uma compreensão mais precisa das fontes de receitas, como impostos e contribuições, bem como da destinação das despesas, incluindo gastos com infraestrutura, saúde e educação, permitindo um controle social mais robusto. Esse ciclo de transparência e *accountability* contribui para um ambiente de maior confiança na administração pública, gerando efeitos positivos para a estabilidade econômica e promovendo o desenvolvimento social por meio de um uso mais racional e estratégico dos recursos públicos. **Objetivo:** Analisar a influência da transparência fiscal na estrutura das receitas e despesas públicas dos municípios cearenses. **Metodologia:** Para isso, realizou-se pesquisa descritiva, documental e quantitativa. A população compreendeu os 184 municípios cearenses. O período de análise das despesas e receitas referiu-se ao intervalo entre os anos de 2013 a 2022. Para tratamento dos dados utilizaram-se estatísticas descritivas e regressão linear múltipla. O *checklist* utilizado para verificar a transparência foi adaptado de Silva (2013). Os aspectos avaliados na categoria usabilidade e acessibilidade foram adaptados de Amorim (2012). Já as variáveis de estrutura das receitas e despesas foram baseadas em Souza (2007). **Resultados e Discussões:** Os resultados indicaram que, nenhum dos municípios analisados atingiu 100% de transparência fiscal, ainda que essas informações fossem solicitadas em legislações vigentes. Os municípios melhor qualificados foram Cariré e Crato empatados com o índice geral de 95,12%. Já a colocação de município menos transparente foi atribuída à Parambu, com um índice geral de 60,98. Viu-se que o tamanho do município influenciou praticamente todas as variáveis dos modelos de despesas e todas as do modelo de receitas. Desta feita, pode-se inferir que quanto maior a população do município, maiores eram os volumes de despesas e receitas do ente. Contrariamente, viu-se que quanto maior a população, menores as despesas com agricultura. **Conclusões:** Ao final, percebeu-se que embora se tenham leis que exijam o cumprimento de certas posturas fiscais, muitos municípios cearenses ainda deixaram a desejar. Viu-se também que não se podia afirmar que existia relação entre o nível de divulgação de informações fiscais (transparência fiscal) e a eficiência na alocação dos recursos públicos em educação e saúde.

Palavras-chave: Transparência, Estrutura das receitas e despesas, Municípios, Ceará.



UMA ANÁLISE SOB O ENFOQUE DO ATRIBUTO PERSISTÊNCIA: LUCRO LÍQUIDO VERSUS LUCRO OPERACIONAL

Ubirajara Rocha Fontenele Neto

e-mail: bira.n3t0.73@gmail.com

John Pablo Cândido Dantas Silva

e-mail: john_pablo@uvanet.br

Diego Dantas Siqueira

e-mail: dantas_diego@uvanet.br

Introdução: A Contabilidade, ciência social aplicada, tem em seu cerne como um dos seus principais objetivos diminuir a assimetria informacional existente entre os usuários das informações contábeis. Deste modo, os demonstrativos contábil-financeiros exercem papel de grande importância neste contexto informacional. De acordo com o CPC 00 – R2 (2019), as informações contábil-financeiras podem ter valor confirmatório, preditivo ou ambos. Neste sentido, dentre as medidas financeiras mais importantes para medir o desempenho das empresas estão os lucros (Bhattacharya, Black, Christensen e Larson, 2003). Ademais, Dichev, Graham, Harvey e Rajgopal (2016) enfatizam que os lucros são o único resultado mais importante dos demonstrativos financeiros. Neste íterim, surgiu na literatura voltada para estudos de qualidade da informação contábil, atributos dos lucros que pudessem ser quantificados, e assim, possibilitar a comparação entre as medidas contábeis ora divulgadas. Francis, Lafond, Olsson e Schipper (2004) dividem os atributos dos lucros em baseados em contabilidade e baseados no mercado. A base de investigação para os lucros baseados em contabilidade são os próprios números de lucratividade disponíveis nos demonstrativos contábeis. Dechow, Ge e Schrand (2010) observam que umas gamas de pesquisadores têm utilizado de várias métricas como um indicador de “qualidade dos lucros”, incluindo: persistência, *accruals*, suavidade, tempestividade, resposta do investidor, entre outros. Ainda, Dechow et al. (2010) evidenciam que empresas com lucros mais persistentes têm receita ou fluxo de caixa mais “sustentável”, tornando-o uma medida mais útil nas avaliações baseadas em modelos com previsões de fluxo de caixa ou dividendos.

Objetivo: Identificar qual medida é mais persistente – Lucro líquido ou operacional nas empresas da B3.

Metodologia O universo da pesquisa englobou todas as empresas não financeiras listadas na [B]³ durante o período de 2010 a 2021. A amostra final é composta por 335 empresas e possui 3.091 observações firm-ano. As variáveis utilizadas são o Lucro Líquido (LL) e o como *proxy* para o Lucro Operacional (LucOper), utilizou-se o *Earnings Before Interest and Taxes* – EBIT, ou, Lucro Antes dos Juros e Impostos – LAJIR, em português. As variáveis foram coletadas na plataforma Refinitiv Eikon[®]. A pesquisa caracteriza-se quanto ao método como quantitativa, deste modo, foram utilizadas regressões simples com efeitos fixos. Os modelos econométricos utilizados são amplamente difundidos na literatura, conforme utilizado por Dechow e Dichev (2002) e Dechow e Ge (2005). Assim, foram utilizadas duas equações, uma com o intuito de capturar a persistência do Lucro Líquido: $LL_{it+1} = \alpha_0 + \beta_1 LL_{it} + \varepsilon_{it}$; e uma segunda equação, visando capturar a persistência do Lucro Operacional: $LucOper_{it+1} = \alpha_0 + \beta_2 LucOper_{it} + \varepsilon_{it}$. **Resultados e discussões:** Os achados do estudo demonstram que tanto o Lucro Líquido quanto o Lucro Operacional foram estatisticamente significante a 1%, p-valor = 0,0000. Ademais, os resultados evidenciam que, em média, o Lucro Líquido é significativamente mais persistente do que o Lucro Operacional. O coeficiente do LL é 0,5438, contra 0,4263 do LucOper. Percentualmente, o Lucro Líquido apresentou um coeficiente superior em aproximadamente 27,5%. No geral, pelos resultados apresentados, o Lucro Líquido é substancialmente mais persistentes do que o Lucro Operacional. Por fim, conclui-se que este estudo fornece evidências sobre a qualidade do Lucro Líquido comparado ao Lucro Operacional, das empresas listadas na [B]³ no período de 2010 a 2021, considerando o atributo de persistência. **Conclusão:** Por meio dos resultados, foi verificado que o Lucro Líquido foi considerado mais persistente que o Lucro Operacional.

Palavras-chave: Persistência dos lucros; Lucro Líquido; Lucro Operacional; EBIT; Qualidade da informação contábil.



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ



A EVOLUÇÃO DA APLICAÇÃO DA TECNOLOGIA *BLOCKCHAIN* NO MERCADO FINANCEIRO

Geovana Ávila Cruz

geovanaavilaeeep@gmail.com

Francisco Alves de Souza Neto

souzancont@hotmail.com

Introdução: A crise do *subprime*, ocorrida em 2008, expôs a fragilidade do sistema financeiro tradicional ao provocar o colapso da economia global com a falência de um dos maiores bancos dos Estados Unidos, o *Lehman Brothers* (Bresser-Pereira, 2009; Miranda e Zuchi, 2018). Em resposta a este cenário, a tecnologia *blockchain* surgiu como uma solução promissora por introduzir um sistema de registo descentralizado capaz de remover as instituições financeiras da execução das transações (Gomes, 2018; Oliveira e Dias, 2024). Desse modo, os mercados financeiros de diversos países passaram a implementar a *blockchain*, viabilizando novas aplicações para a tecnologia. **Objetivo:** Dessa forma, o objetivo geral da pesquisa é analisar a evolução da aplicação da *blockchain* no mercado financeiro, desde sua origem até suas aplicações mais recentes. **Metodologia:** Para isso, a metodologia utilizada possui uma abordagem qualitativa bibliográfica e concretiza-se através da análise de artigos científicos coletados na plataforma do *Google Scholar*, *Scielo* e *Science Direct*. **Resultados e Discussões:** Como resultado, foi possível constatar que a primeira implementação completa da *blockchain* ocorreu em 2008, na criptomoeda *bitcoin*, e marcou a geração nomeada *blockchain* 1.0 cujo foco era resolver a descentralização da moeda digital, todavia, tal geração apresentava várias limitações operacionais (Bovério e Silva, 2018; Alencar, 2024; Martinelli e Pinto, 2019). A expansão das aplicações da *blockchain* no mercado financeiro ocorreu em 2015, com o lançamento da plataforma *blockchain ethereum* que ocasionou a geração *blockchain* 2.0 representada pelo aprimoramento dos *smarts contracts*, pela tokenização e pelos algoritmos de consenso, além de propiciar melhorias na performance da tecnologia (Bovério e Silva, 2018, Alencar, 2024; Souza, 2019; Martinelli e Pinto, 2019). Entre as aplicações que a *blockchain* 2.0 proporcionou, está as CBDCs (*Central Bank Digital Currency*), a moeda digital dos bancos centrais, no Brasil, por exemplo, a CBDC chamada DREX vem sendo desenvolvida utilizando a *blockchain ethereum*, com a DREX, o Brasil espera reduzir gastos com papel-moeda e facilitar transações transfronteiriças (Freitas, 2023). A geração mais recente chamada *blockchain* 3.0 caracteriza-se pela integração da *blockchain* com a Inteligência Artificial, entre as aplicações, destaca-se a detecção de fraudes e prevenção de informações maliciosas (Zheng *et al.*, 2020). **Conclusão:** Por fim, pode-se concluir que a evolução da *blockchain* no ambiente econômico foi uma consequência da necessidade de um sistema financeiro mais transparente, seguro e eficiente. Decerto, tal tecnologia proporcionou diversas aplicações vantajosas para a indústria financeira, todavia é válido refletir se as implicações normativas e contábeis existentes são capazes de regulamentar de forma efetiva as transações em *blockchain*, principalmente quando esta encontra-se em constante evolução.

Palavras-chave: Tecnologias emergentes; Indústria financeira; Desenvolvimento tecnológico.



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ



AÇÃO DE EXTENSÃO BRINCANDO E APRENDENDO SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ana Clara da Silva Duarte

ana.duarte230905@gmail.com

Felipe Rodrigues Mendes

felipe03ww@gmail.com

Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino

cintia_monteiro@uvanet.br

Introdução: O projeto de extensão Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal da Universidade Estadual Vale do Acaraú (NAF/UVA) que tem por objetivo disponibilizar orientação contábil e fiscal pelos estudantes universitários a pessoas físicas de baixa renda, bem como a microempreendedores individuais e entidades sem fins lucrativos. Dentre os serviços prestados pelos estagiários do NAF/UVA se destacam: emissão do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF), Regularização de CPF, abertura e acompanhamento de Microempreendedores Individuais (MEIs). Para oferecerem esses e outros serviços, os estagiários recebem treinamento prático com os servidores dos fiscos federal, estadual e municipal e dos professores do curso. Além disso, o NAF/UVA realizou uma ação de extensão intitulada "Brincando e Aprendendo sobre Educação Financeira". Esse projeto surgiu tendo em vista a importância da educação financeira para a população em geral, sendo um tema carente principalmente para os jovens. **Objetivo:** Logo, o objetivo desse trabalho é evidenciar um relato de experiência acerca da dessa ação Brincando e Aprendendo sobre Educação Financeira, que tem como público-alvo jovens. **Metodologia:** A ação foi desenvolvida pelos estagiários do NAF/UVA, com supervisão e revisão das professoras coordenadoras do projeto. Para essa ação foram elaborados *slides*, jogos, uma cartilha e planilhas sobre orçamento doméstico para serem entregues aos jovens. **Resultados:** Essa ação foi realizada nos meses de setembro e outubro de 2024, para alunos de 14 a 19 anos de idade que participam do Projeto Jovem Guarda, um programa do município de Sobral que contempla pessoas em estado de vulnerabilidade social, territorial e econômica. Foram quatro turmas de 25 alunos que receberam o treinamento dentro do Laboratório de Práticas Contábeis do curso de Ciências Contábeis da UVA. Além disso, a ação social aconteceu na E.E.E.P Monsenhor José Aloysio Pinto, com estudantes do 2º ano do curso técnico em administração. Os próprios estagiários do NAF/UVA que realizaram a apresentação, com a participação de professores do projeto. Além da apresentação com slides, que foi bastante interativa e contava com a participação dos alunos, houve também a entrega de cartilhas com explicações sobre como entender e aplicar na vida a educação financeira e planilhas com orçamento doméstico para melhor compreensão do conteúdo. Ao final, era realizada uma dinâmica com os alunos com intuito de fixar e colocá-los para pensar de forma mais prática e divertida sobre os assuntos abordados. Ao todo, foram 143 pessoas beneficiadas diretamente com essa ação de extensão. **Conclusões:** Desse modo, percebe-se a relevância do NAF/UVA para a comunidade, com prestação de serviços e também com disseminação do conhecimento com a ação Brincando e Aprendendo sobre Educação Financeira.

Palavras-chave: Educação Financeira; Jovens; Ação de extensão.



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ



ANÁLISE DO CLIMA ORGANIZACIONAL DO IBGE: EVOLUÇÃO E TENDÊNCIAS DE 2019 A 2022

João Antonio Severiano Lopes

Joaosever04@gmail.com

Arthur Parente Frota

arthurpfrota@gmail.com

José Hamilton Máximo de Almeida

Universidade Estadual Vale do Acaraú -UVA

Introdução: As pesquisas de clima organizacional do IBGE, realizadas em 2018-2019 e 2022, mostraram mudanças nas percepções dos servidores devido à pandemia. A adesão ao Programa de Gestão (PGD) melhorou o relacionamento com a chefia e o reconhecimento profissional. Apesar do aumento na satisfação geral, a percepção de remuneração caiu, refletindo o congelamento salarial. Os níveis de satisfação foram semelhantes aos encontrados em outras organizações públicas e privadas, destacando a estabilidade no emprego como um fator positivo. A pesquisa sugere focar em áreas com avaliações negativas para melhorias futuras. **Objetivo:** A Pesquisa de Clima Organizacional tem como objetivo mensurar o clima da companhia junto aos funcionários, identificando os pontos positivos, os neutros e os negativos que influenciam a produtividade, as relações interpessoais, o dia a dia dela e de seus integrantes. **Metodologia:** Este trabalho utilizou levantamento bibliográfico e análise documental, focando nas Pesquisas de Clima Organizacional do IBGE de 2019 e 2022. Adotou-se uma abordagem qualitativa, explorando conceitos-chave sobre Gestão de Pessoas, Cultura e Clima Organizacional, além de características do IBGE. A pesquisa foi exploratória e descritiva, visando descrever e analisar relações entre variáveis. A coleta de dados consistiu na comparação de percentuais de respostas favoráveis e não favoráveis, mensurando as variações entre as edições de 2019 e 2022. **Resultados e Discussões:** As pesquisas de clima organizacional do IBGE, realizadas em 2018-2019 e 2022, mostraram mudanças nas percepções dos servidores devido à pandemia. A adesão ao Programa de Gestão (PGD) melhorou o relacionamento com a chefia e o reconhecimento profissional. Apesar do aumento na satisfação geral, a percepção de remuneração caiu, refletindo o congelamento salarial. Os níveis de satisfação foram semelhantes aos encontrados em outras organizações públicas e privadas, destacando a estabilidade no emprego como um fator positivo. A pesquisa sugere focar em áreas com avaliações negativas para melhorias futuras. **Conclusões:** A gestão do Clima Organizacional é vital para o sucesso em organizações públicas e privadas. O estudo analisou a evolução do Clima no IBGE entre 2019 e 2022, revelando resultados positivos, mas identificando áreas a serem aprofundadas. Sugere-se mais itens comparáveis em futuras pesquisas para melhor análise.

Palavras-chave: Administração. Gestão de Pessoas. Clima Organizacional.



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ



ANÁLISE DO NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS ESTUDANTES DE ESCOLAS PROFISSIONALIZANTES SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Alexandro Rodrigues da Costa

alexandro24rodrigues@gmail.com

Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino

cintia_monteiro@uvanet.br

Introdução: A educação financeira compreende um conjunto de habilidades que tem como objetivo ensinar as pessoas a gerenciarem suas finanças de forma equilibrada, consciente e oportuna (Sousa *et al.*, 2019). Em 2010 foi instituída a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), por meio do Decreto nº 10.393, tendo como propósito estimular iniciativas que capacitem a população a realizar escolhas financeiras de forma mais autônoma e consciente (Brasil, 2020). Contudo, no Brasil, a alfabetização financeira ainda é um tema pouco abordado no contexto escolar, sendo algo relativamente novo (Cordeiro; Costa; Silva, 2018). Com isso, a ENEF promoveu o Programa de Educação Financeira nas Escolas, contribuindo para o desenvolvimento do planejamento e consumo consciente dos estudantes (Cordeiro; Costa; Silva, 2018). No Estado do Ceará, destaca-se a presença das escolas estaduais de educação profissional (EEEP), criadas por meio da Lei nº14.273 de 2008, que têm como foco a integralização entre o ensino médio com a educação profissional (Ceará, 2008). **Objetivo:** Logo, esse estudo teve como objetivo analisar o nível de conhecimento dos estudantes de escolas profissionalizantes sobre educação financeira. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo, estruturada de forma quantitativa, sendo utilizado um levantamento, com aplicação de 265 questionários de forma virtual, voluntária e anônima, a alunos de duas EEEP do município de Granja, no estado do Ceará. A pesquisa analisou as categorias conhecimento, atitude e comportamento, bem como a percepção dos alunos sobre a educação financeira nas escolas e dos impactos da educação financeira. **Resultados e Discussões:** Constatou-se que os estudantes reconhecem a importância da educação financeira nas escolas e os impactos positivos na vida das pessoas, bem como mostraram que possuem atitudes financeiras positivas. Além disso, observou-se que os estudantes têm uma compreensão sobre a relevância do conhecimento financeiro para o desenvolvimento pessoal e profissional, associado à crença de que a educação financeira contribui para a redução do estresse financeiro e melhoria da qualidade de vida. Entretanto, as competências conhecimento e comportamento financeiro obtiveram as menores médias, indicando que os estudantes têm menos conhecimento e comportamentos financeiros positivos. **Conclusões:** Portanto, conclui-se que, apesar de os estudantes possuírem atitudes financeiras positivas e entenderem a importância da educação financeira, ainda se faz necessário implementar ações direcionadas ao aprimoramento do conhecimento dos estudantes de ensino médio. Em termos gerais, este estudo contribui para uma reflexão sobre a educação financeira nas escolas de ensino médio, uma vez que a disseminação do conhecimento financeiro é crucial para todos. Como limitações, destaca-se que a pesquisa abrangeu apenas escolas de um município e não utilizou testes estatísticos robustos para avaliar a relação entre as variáveis.

Palavras-chave: conhecimento; escolas profissionalizantes; educação financeira.



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ



ASPECTOS CONTÁBEIS PARA CONSTITUIÇÃO DAS EMPRESAS JUNIORES – UM ESTUDO DA CONTAR DOM JOSÉ

Maria Rosenir de Farias Abreu

ejcccontar@gmail.com

Gabrielly Pereira Viana

ejcccontar@gmail.com

José Humberto Alves Sobreira

h_sobreira@yahoo.com.br

Introdução: As associações civis sem fins lucrativos, que caracterizam as Empresas Juniores (EJs), após a regulamentação da constituição com seus estatutos e atas de assembleia, se faz necessário identificar os aspectos contábeis relevantes para sua regulamentação perante os órgãos fiscais. Santos (2012) explicam que as EJs têm obrigações tributárias e sociais, com finalidade educacional, sob orientação de professores, possuem características semelhantes às de empresas convencionais, inclusive, exercem atividades operacionais como qualquer outra empresa. **Objetivo:** O referido estudo tem por objetivo identificar os processos contábeis constante da constituição das EJs, observando os órgãos participantes e principais documentos gerados. **Metodologia:** Com isso, o estudo fez um levantamento junto aos profissionais de contabilidade e órgãos fiscais, dos processos contábeis envolvidos na constituição da Empresa Júnior da Contar Dom José do Curso de Ciências Contábeis da UVA, objeto do estudo de caso. **Resultados e discussões:** Observou-se que após o registro do Estatuto e das Atas de Assembleia de fundação em cartório, a etapa seguinte é efetuar a inscrição da empresa na Secretaria da Receita Federal (SRF) e na Prefeitura Municipal, buscando sua viabilidade, gerando o Documento Básico de Entrada do CNPJ (DBE), número de cadastro das entidades com personalidade jurídica, pelo qual a SRF recolherá os impostos. **Conclusão:** Assim, ressalta-se que as EJs devem possuir cadastro junto a SRF, adquirindo se CNPJ, considerado procedimentos contábeis essenciais de constituição, para que a mesma seja considerada uma entidade, para o desenvolvimento de suas atividades.

Palavras-chave: Empresas Juniores; Contabilidade; Secretaria da Receita Federal



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ



CONSTITUIÇÃO LEGAL DAS EMPRESAS JUNIORES – UM ESTUDO DA CONTAR DOM JOSÉ

Igor Aparecido Matos de Araújo

ejcccontar@gmail.com

Francisco Marklean de Albuquerque Sousa

ejcccontar@gmail.com

Luciene Santos Lima

lima_luciene@uvanet.br

Introdução: Segundo o art. 2º, da Lei nº 13.267/2016, as Empresas Juniores (EJs) são sociedades civis organizadas pelos estudantes matriculados de cursos de graduação de nível superior, com o objetivo de desenvolverem projetos, contribuindo para formação humana e profissional dos membros. **Objetivo:** O objetivo do estudo foi conhecer a documentação legal de constituição de uma EJs, tendo por estudo a constituição da Empresa Junior Contar Dom José, do Curso de Ciências Contábeis. **Metodologia:** Para se atingir os propósitos do trabalho, realizaram-se estudos sobre a legislação de constituição das EJs, junto as legislações e cartórios, coletando a relação dos documentos pertinentes ao registro da EJs, tendo como principais documentos de constituição, as atas de Assémbleias de constituição e o Estatuto. **Resultados e discussões:** Assim, a constituição da EJ Contar Dom José ocorreu através de uma assembléia para eleição da Diretoria, entre os membros selecionados pelo edital publicado pela Coordenação do Curso, com o intuito de eleger e dar posse a diretoria, fazendo a coleta das assinaturas dos presentes na Assémbleia, bem como, aprovar em Assémbleia o Estatuto de constituição, elaborado pelos membros e professores orientadores da EJs, sendo o Estatuto o documento legal, que expressará a estrutura, objetivo, competências, patrimônio e regras de funcionalidade, observando as obrigações dos associados. **Conclusão:** Diante disso, observa-se a importância da regulamentação estatutária das EJs e suas devidas atas registradas, para fins principalmente contábil, gerando credibilidade e confiabilidade em sua atuação.

Palavras-chave: Empresas Juniores; Legal; Estatuto



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ



DESAFIOS DA GESTÃO PÚBLICA NA ERA DIGITAL: UM ESTUDO DE CASO NA AGÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOBRAL – CE

Ana Karoline Roberto Rodrigues

anakarolinerodrigues@gmail.com

Aline Kessia Marques Barbosa

aline.marques7070@gmail.com

Francisco Leon Torres de Sousa

fleon@yahoo.com.br

Introdução: Este estudo aborda a modernização digital na gestão pública brasileira, analisando os impactos e desafios de integrar tecnologias digitais em órgãos governamentais, com foco na Agência da Receita Federal em Sobral – CE. **Objetivo:** A pesquisa busca avaliar a eficiência e os benefícios da digitalização dos serviços públicos, considerando tanto as melhorias percebidas pela população quanto os entraves enfrentados pelo setor público na implementação dessas mudanças. **Metodologia:** Utilizou-se análise documental, entrevistas e observação direta para compreender as transformações ocorridas, os desafios administrativos e os impactos na qualidade do atendimento ao cidadão. **Resultados e Discussões:** Observou-se uma redução significativa no tempo de atendimento ao contribuinte, aumento da satisfação dos cidadãos e redução dos custos operacionais. No entanto, o estudo identificou a necessidade de capacitação contínua dos servidores e a importância de garantir a segurança da informação como aspectos fundamentais para o sucesso da digitalização na administração pública. **Conclusões:** A pesquisa destaca que a modernização tecnológica, quando amparada por políticas públicas e governança digital eficazes, pode otimizar a prestação de serviços públicos, e além disso, a digitalização é uma estratégia eficaz para enfrentar os desafios contemporâneos na gestão pública, promovendo maior eficiência e transparência.

Palavras-chave: Modernização Tecnológica; Administração Pública; Gestão de Serviços Públicos.



EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA CRIANÇAS: VISÃO DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Rebeca Gomes Lopes

rebecagomes234@gmail.com

Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino

cintia_monteiro@uvanet.br

Introdução: Ao longo de sua história, a educação tem sido considerada um ambiente propício para experimentações e inovações, o que tem possibilitado o surgimento de novas áreas de conhecimento (Moraes; Santos, 2023). Nesse sentido, surge a educação financeira, que vem ganhando um grande destaque no Brasil (Carneiro *et al.*, 2022), sendo um tema de muita relevância para a economia e para a sociedade (Carvalho; Carlo, 2021). Contudo, sua temática ainda é pouco debatida no ambiente escolar, sendo frequentemente vinculada à disciplina de matemática, em vez de ser considerada como uma disciplina autônoma (Carvalho; Scholz, 2019). Olivieri (2013) destaca que a educação financeira deveria ser instituída no momento em que a criança começa a ter desejos próprios ou a partir de dois anos.

Objetivo: Logo, o objetivo dessa pesquisa foi analisar a visão de professores do ensino fundamental sobre a educação financeira para crianças. **Metodologia:** Esse estudo teve abordagem qualitativa, natureza exploratória e utilizou a entrevista semiestruturada como método de coleta de dados com sete professores do Centro de Educação Básica José Inácio (CEBJI), uma escola particular de ensino fundamental da cidade de Granja, no estado do Ceará, no ano de 2024. O roteiro de entrevista foi baseado em Araújo *et al.* (2020); Carvalho e Carlo (2021); Carvalho e Scholz (2019); e Dias e Santos (2020).

Resultados e Discussões: Os resultados revelaram que os professores entendem a importância de ensinar conceitos financeiros desde cedo, e que, para eles, as crianças ainda sabem muito pouco sobre gerenciamento de finanças, e que aprender sobre isso é uma responsabilidade dos pais, mas que deve ser suplementada pela escola, mostrando uma parceria entre “casa” e “escola” para a aprendizagem eficaz da criança. Os professores também acreditam que, ao adquirir noções sobre finanças na infância, as crianças estarão mais preparadas para lidar com o dinheiro de forma equilibrada na vida adulta. Observou-se também que, para os professores, os estudos de educação financeira são mais evidenciados em escolas públicas, principalmente por meio de projetos, sendo um assunto ainda pouco abordado na escola particular. Os entrevistados também entendem que a educação financeira deve ser implementada no cotidiano do aluno, e como sugestão, indicam a criação de uma disciplina própria que se volte exclusivamente para o ensino financeiro. **Conclusões:** Conclui-se, portanto, que, na visão dos professores do ensino fundamental da CEBJI, é importante ensinar educação financeira para crianças, e que deve haver participação dos pais e da escola nesse processo, servindo para a formação de cidadãos mais conscientes e aptos a gerirem suas finanças. A principal contribuição dessa pesquisa reside no fato de explicar um tema pouco abordado com crianças, uma vez que a educação financeira para crianças, seja no contexto familiar ou escolar é de extrema relevância, pois é na infância que se aprende com mais facilidade.

Palavras-chave: Educação Financeira; Professores; Crianças.



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ



EMPREENDEDORISMO DA EMPRESA JUNIOR ESTUDO DA HUB DA CONTAR DOM JOSÉ

Matheus da Costa Lopes

ejcccontar@gmail.com

João Victor das Chagas Lima

ejcccontar@gmail.com

Luciene Santos Lima

lima_luciene@uvanet.br

Introdução: Segundo o artigo 5º da 13.267/2016, cujos fins são educacionais e não lucrativos, a empresa junior tem entre seus objetivos, “ III - estimular o espírito empreendedor e promover o desenvolvimento técnico, acadêmico, pessoal e profissional de seus membros associados por meio de contato direto com a realidade do mercado de trabalho [...] (BRASIL, 2016, Lei Nacional 13.267/2016). **Objetivo:** Observando tal premissa, o estudo teve por objetivo relacionar a empresa junior e empreendedorismo, tendo por estudo de caso a Empresa Junior Contar Dom José, do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. **Metodologia:** Com isso, o estudo buscou fazer uma análise do objetivo empreendedor das EJs segundo a legislação brasileira, em comparação a EJ Contar Dom José. **Resultados e discussões:** Observou-se que a Contar Dom José buscando atender ao objetivo empreendedor das EJs, estabelecido na sua caracterização segundo o artigo 5º da 13.267/2016 da legislação, pois encontra-se na fase final do desenvolvimento de uma plataforma, chamada Hub Dom José, que atenderá as atividades da EJ Contar Dom José, de forma digital, abrangendo as demandas de consultoria, assessoria e formação na área contábil e afins, bem como, alcançará com a Hub Dom José um maior número de atendimento a comunidade, de forma mais célere e prática, tornando-se mais acessível. **Conclusão:** Portanto, constata-se Contar Dom José atende os critérios legais de caracterização empreendedora de uma empresa júnior, buscando a inovação em seus atendimentos, de forma preparar o estudante em seu desenvolvimento profissional, conforme as exigências do mercado de trabalho.

Palavras-chave: Empresas Juniores; Empreendedorismo; Hub



GASTOS COM MORADIA, TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO DOS ACADÊMICOS DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA ESTADUAL

Antonio Elias Rosa

antelirosa@gmail.com

Fernanda Ellen Rodrigues de Oliveira

fernandaoliv74@gmail.com

Geovanne Dias de Moura

geomoura@terra.com.br

Introdução: Muitas pessoas têm como objetivo ingressar em uma universidade, preferencialmente pública. Nas universidades públicas, os cursos de ensino superior são oferecidos sem cobrança de mensalidades, o que contribui para uma significativa redução dos custos totais até a conclusão da graduação. No entanto, mesmo em universidades públicas, os estudantes ainda enfrentam outros custos importantes, como moradia, transporte e alimentação, que representam uma parte substancial de seus gastos totais. Esses gastos, entretanto, ainda são pouco investigados, evidenciando a necessidade de mais pesquisas sobre o impacto financeiro desses itens na vida universitária. **Objetivo:** Nesse contexto, a pesquisa teve como objetivo analisar os gastos com moradia, transporte e alimentação apresentados pelos universitários do curso de Ciências Contábeis de uma IES pública estadual. **Metodologia:** Para atingir o objetivo, realizou-se pesquisa descritiva, do tipo levantamento e com abordagem quantitativa. O instrumento de coleta de dados foi um questionário elaborado com base em estudos anteriores, como os de Dantas, Dias e Ribeiro (2014), Silva et al. (2018) e Ribeiro et al. (2019). O questionário foi produzido e disponibilizado por meio da plataforma *Google Forms*, sendo dividido em quatro blocos: o primeiro buscou identificar o perfil dos respondentes, enquanto os três blocos seguintes continham perguntas específicas sobre os três tipos de gastos investigados: moradia, transporte e alimentação. A pesquisa contou com a participação de 154 acadêmicos dos 8 períodos do curso de Ciências Contábeis oferecido pela universidade investigada. A Instituição de Ensino Superior onde se realizou a pesquisa é a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), que possui em sua estrutura administrativa quatro campi na Cidade de Sobral/CE, um campus na cidade de São Benedito/CE, um na cidade de Acaraú e outro na cidade de Camocim. **Resultados e discussões:** Os resultados evidenciaram que 26% dos discentes dedicavam-se exclusivamente aos estudos, 8% recebiam algum tipo de bolsa de estudos, 46% possuíam um emprego formal e 20% faziam algum tipo de estágio. A renda média identificada foi de R\$ 873,32. Os principais gastos com moradia são energia, gás e internet. Os principais gastos com transporte identificados foram com carro próprio e mototáxis. E os principais gastos com alimentação foram a compra de mantimentos para casa, seguida de lanches em barraquinhas. Também se constatou que os gastos com moradia, alimentação e transporte representavam 29,5%, 28,4% e 5,8%, que somados, correspondiam a 64% da renda total dos discentes. **Conclusão:** A pesquisa contribui ao apresentar informações e resultados relevantes para um melhor entendimento por parte da sociedade, universidades e universitários, sobre os principais gastos que estes realizam para continuarem suas graduações, mesmo que em universidades públicas. Contribui também para a conscientização acerca da importância de um melhor planejamento orçamentário dos universitários.

Palavras-chave: Gastos com Moradia, Transporte e Alimentação; Universitários; Ciências Contábeis.



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ



LIDERANÇA: DA INSPIRAÇÃO À TRANSFORMAÇÃO

Sabrina Rodrigues Soares

sabrinarsoares7@gmail.com

João Antonio Severiano Lopes

joaosever04@gmail.com

Sefisa Quixadá Bezerra

sefisaquixada@gmail.com

Introdução: As organizações se adaptam constantemente às mudanças, exigindo líderes que promovam adaptabilidade, inovação e autonomia. O presente estudo foi realizado na cidade de Santa Quitéria – CE, em uma prestadora de soluções financeiras. **Objetivo:** O estudo tem o objetivo de identificar as estratégias para prática da Liderança Transformacional nas organizações, em especial, a comparação de sua eficácia à Liderança Transacional. **Metodologia:** A técnica utilizada foi entrevista com aplicação de dois modelos de questionários, direcionados ao líder da organização e seus subordinados, respectivamente. Contando com 17 perguntas, as análises das respostas foram realizadas de forma qualitativa para compreensão dos resultados. **Resultados e Discussões:** As entrevistas revelaram uma convergência nas opiniões de colaboradores e líder sobre a liderança transformacional. Apesar de desconhecida por alguns, após uma breve explicação, os colaboradores reconheceram o impacto positivo desse estilo, que cria um ambiente mais unido e criativo. Embora bem avaliado, o líder admite haver melhorias a fazer, demonstrando compromisso contínuo com o aprimoramento organizacional. Assim, a liderança transformacional é vista como uma ferramenta de transformação organizacional, com elementos fundamentais como influência idealizada, motivação inspiradora, estímulo intelectual e consideração individualizada. Com a compreensão desses conceitos, líderes podem desenvolver estratégias mais assertivas, aproveitando gradualmente as vantagens desse estilo. **Conclusões:** A Liderança Transformacional motiva e integra colaboradores, promovendo autonomia e participação. Esse estilo valoriza expressão e desenvolvimento pessoal, criando um ambiente inovador. Em uma organização financeira, destacou-se pelo compromisso do líder em transformar a equipe, inspirando acolhimento e pertencimento, o que fortalece o legado organizacional.

Palavras-chave: Liderança Transformacional; Líder; Inspiração.



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ



PRODUÇÃO DA CARTILHA DO PROJETO BRINCANDO E APRENDENDO SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Carlos Vinícius Aragão de Araújo

carlosviniciusaraujo2@gmail.com

Lívia Magalhães de Oliveira

liviamagalhaess16@gmail.com

Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino

cintia_monteiro@uvanet.br

Introdução: Conforme Olivieri (2013), em um cenário mundial no qual o dinheiro é o que confere o luxo, conforto e geração de mais renda, o desejo de consumir é cada vez mais incentivado e os jovens ainda permanecem pouco instruídos sobre finanças e sua gestão. Sob essa perspectiva, o Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal da Universidade Estadual Vale do Acaraú (NAF/UVA) desenvolveu a ação de extensão “Brincando e Aprendendo sobre Educação Financeira” voltado para jovens, que desenvolveu uma cartilha educativa sobre o tema. **Objetivos:** Logo, o objetivo desse trabalho é evidenciar um relato de experiência acerca da produção da cartilha Brincando e Aprendendo sobre Educação Financeira. **Metodologia:** A cartilha foi produzida por dois estudantes do Curso de Ciências Contábeis da UVA e estagiários voluntários do projeto. Inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica em outras cartilhas e livros de Educação Financeira, além de *sites* oficiais, o que possibilitou a definição dos assuntos mais relevantes a serem colocados na cartilha. Inicialmente foi escrito um rascunho em um editor de textos e, em seguida, foi utilizado o Canva, uma plataforma de *design* e comunicação visual, para produzir a cartilha no formato final. Tendo em vista o público-alvo, optou-se por uma cartilha com *design* atrativo, com utilização de textos com uma linguagem de fácil compreensão, bem como esquemas e ilustrações para estimular uma melhor compreensão do tema. Ao todo, a produção da cartilha ocorreu nos meses de agosto e setembro de 2024, desde o início das pesquisas até a revisão final. **Resultados:** A cartilha foi dividida em seis tópicos: introdução, dinheiro e gastos, dívidas, planejamento financeiro, dicas valiosas e investimentos. A introdução abordou os conceitos de Educação Financeira e de outros termos financeiros, e a importância da temática. O segundo tópico tratou sobre formas de aumentar a renda e lidar com os gastos. No terceiro, sobre endividamento, tipos de dívidas e como evitá-las. No planejamento financeiro apresentou-se sua importância, organização das contas, orçamento doméstico e metas e objetivos. Também foram dadas dicas sobre cartão de crédito, formas de crédito, taxas de bancos, financiamentos e empréstimos e investimentos. Por fim, foram abordados investimentos, taxa Selic e CDI, tipos de investimentos e corretoras. Também foram sugeridos uma lista de *sites* complementar e aprofundar as informações da cartilha. Após produção, correção e revisão, foram impressas 150 cartilhas e distribuídas entre adolescentes do Projeto Jovem Guarda, estudantes da EEEP Monsenhor José Aloysio Pinto e para alguns professores de outros cursos que se interessaram pela temática. **Conclusões:** Ao apresentar conceitos financeiros essenciais para jovens, a cartilha promove uma maior consciência sobre a importância de tomar decisões estratégicas e informadas, além de ajudar os jovens em sua jornada financeira.

Palavras-chave: Educação Financeira; Jovens; Cartilha.



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ



UMA ANÁLISE DO PROJETO PÉ-DE-MEIA COMO UMA POLÍTICA PÚBLICA E INSTRUMENTO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE ITAREMA/CE

Wabner Lopes Gomes

Estudante do Curso de Administração Pública – UAB/UVA

wabnergomesredes@gmail.com

Ana Clara dos Santos

anacsantos.contab21@gmail.com

Gabrielle Apoliano Gomes Albuquerque Pearce

gabrielle_apoliano@uvanet.br

Introdução: O programa Pé-de-Meia foi instituído pelo governo como uma obrigação social destinada a combater a evasão escolar, oferecendo uma bolsa-poupança para estudantes de baixa renda no ensino médio. O objetivo é proporcionar um apoio financeiro, atuando como um incentivo para que o aluno continue e finalize seus estudos. Ademais, o objetivo do programa é sensibilizar os alunos e seus familiares acerca da relevância da educação e da necessidade de buscar melhores oportunidades para o futuro. Este estudo apresenta uma avaliação preliminar dos impactos do Pé-de-Meia em Itarema-Ce.

Objetivo: Assim, este trabalho sugere uma avaliação preliminar do efeito do programa "Pé-de-Meia" no Município de Itarema, Ceará, antes e após sua implementação, visando avaliar como essa política pública auxilia na manutenção dos alunos de baixa renda no ensino médio e na diminuição dos índices de abandono escolar.

Metodologia: O projeto encontra-se em seu estágio inicial, concentrando-se na recolha de informações específicas das escolas de Itarema, ou seja, uma pesquisa de campo.

Compararemos indicadores anteriores e subsequentes à implementação do programa para avaliar seu efeito concreto e sua capacidade de promover mudanças sociais.

Resultados: Até agora, a pesquisa inicial ressalta os valores e a estrutura do benefício proporcionado pelo programa Pé-de-Meia. A distribuição do auxílio financeiro ocorre da seguinte maneira: no momento da inscrição na 1a, 2a e 3a séries, o aluno recebe uma contribuição de R\$ 200. Durante cada série, o estudante recebe nove pagamentos de R\$ 200, além de um bônus de R\$1.000 no término de cada ciclo, como reconhecimento pela conclusão. Ao fazer o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), os alunos também recebem um adicional de R\$ 200 (Avancini, 2024). Estes incentivos visam garantir que os estudantes recebam suporte constante durante sua trajetória no ensino médio, incentivando sua continuidade até a conclusão.

Atualmente, nosso foco está na coleta de informações nas escolas EMTI Valdo de Vasconcelos Rios e EEEP Professora Rosângela Albuquerque de Couto, ambas em Itarema, que abrigam estudantes beneficiados pelo programa. Essas informações possibilitarão uma avaliação mais minuciosa e local do efeito do programa, baseada nas taxas de inscrição e permanência dos alunos em cada nível. O objetivo é que esses dados confirmem a suposição de que o programa tem um impacto positivo na diminuição da evasão escolar na área, proporcionando oportunidades de crescimento educacional e social para os estudantes. **Conclusão:** Considerando os dados preliminar estamos convencidos de que, com um monitoramento apropriado e a implementação de ações adicionais, o Pé-de-Meia possa se estabelecer como uma estratégia crucial para promover a igualdade educacional em Itarema.

Palavras-chave: Educação; Evasão escolar; Política pública; Responsabilidade social.



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ



EDITAL 10/2024

SUBMISSÃO DE TRABALHOS PARA A SEMANA DA CONTABILIDADE 2024 DA UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ

**Dispõe sobre normas referentes à participação e
submissão de trabalhos na Semana da
Contabilidade 2024 - da Universidade Estadual
Vale do Acaraú (UVA).**

A Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), por meio da Coordenação do Curso de Ciências Contábeis e do Centro Acadêmico Padre Sadoc – Gestão 2024-2025, torna público o presente Edital de abertura de inscrições e estabelece normas relativas à submissão de trabalhos na Semana da Contabilidade 2024 da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).

1. DISPOSIÇÕES INICIAIS

A Semana da Contabilidade da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) vem sendo realizada anualmente pelo Centro Acadêmico Padre Sadoc do Curso de Ciências Contábeis. Em 2024, será realizada entre os dias 11 e 14 de novembro como tema “**ESG CONTÁBIL**”. A programação do evento inclui palestras, oficinas e submissões de trabalhos.

2. DOS OBJETIVOS

A Semana da Contabilidade 2024 da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) tem como objetivo incentivar a Pesquisa Científica no curso de graduação em Ciências Contábeis, ao oferecer um espaço para que sejam divulgados os resultados dos estudos realizados por alunos deste curso.

3. DO CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

O cronograma de atividades da Semana da Contabilidade 2024 da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) seguirá as etapas descritas no quadro 01:



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ



Quadro 01 – Cronograma para Submissão de Resumo Simples da Semana da Contabilidade UVA 2024.

CRONOGRAMA	DATA
Publicação do Edital no sítio eletrônico da UVA, em www.uvanet.br	11/10/2024
Período de submissão dos resumos pelo e- mail: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSf8mwzhGFXFN5QcK9X976SnDRwJRy6rw9TYBwy9psAry-55EA/viewform?usp=sf_link	12/10 a 31/10/2024
Período de avaliação dos trabalhos pela Comissão Científica	13/10 a 05/11/2024
Divulgação do resultado das avaliações	07/11/2024
Apresentação dos trabalhos	14/11/2024
Consolidação das avaliações	19 a 21/11/2024
Divulgação da indicação dos 5º primeiros lugares	22/11/2024
Premiação	27/11/2024

4. DO PÚBLICO DE INTERESSE

4.1. Poderão inscrever-se na Semana da Contabilidade 2024, alunos de graduação e pós- graduação regularmente matriculados da área de Ciências Contábeis da UVA e áreas afins com a temática do evento.

5. DA ELABORAÇÃO DOS RESUMOS

5.1. Os resumos deverão ser submetidos pelo link https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSf8mwzhGFXFN5QcK9X976SnDRwJRy6rw9TYBwy9psAry-55EA/viewform?usp=sf_link

5.2. Os resumos devem ser redigidos em português, possuir no máximo 03 (três) autores. **Sendo 02 (dois) alunos e 01 (um) orientador**, seguindo a formatação indicada no ANEXO I deste Edital;

5.3. Cada discente do Curso de Ciências Contábeis da UVA poderá submeter 01 (um) resumo como primeiro autor e 01 (um) resumo como co-autor, sendo aceito, o máximo, de **06 (seis) resumos por orientador**;

5.4. Cada resumo deverá ter uma versão (com identificações dos autores) e outra versão (sem identificação dos autores), ambos em formato PDF.

6. DA EXPOSIÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

6.1. Caso o trabalho seja aprovado, obrigatoriamente, um dos alunos de graduação e pós-graduação, autores do trabalho, deverá fazer sua inscrição no evento, para que o trabalho possa ser apresentado e incluído nos anais;

6.2. Os trabalhos aceitos deverão ser apresentados em banner, conforme formatação a ser



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ



apresentada pelo ~~comitê científico~~;

6.3. Os trabalhos deverão ser apresentados preferencialmente pelo primeiro autor, tendo este, no máximo 10 (dez) minutos para apresentação, sendo reservados 05 (cinco) minutos para arguição pela Comissão Científica;

6.4. As apresentações dos trabalhos serão realizadas no dia 14 de novembro de 2024, pela manhã de 9h às 11h e à noite de 18h30min às 21h30min, nos espaços do Campus da Betânia da UVA. As instruções e os horários de cada apresentação serão divulgados para os autores selecionados por e-mail;

7. DA AVALIAÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS RESUMOS

7.1. Os resumos inscritos serão submetidos ao parecer do Comitê Científico, formado por um grupo de professores do Curso de Ciências Contábeis da UVA, conforme exposto ao final deste Edital;

7.2. O cumprimento das instruções contidas no presente Edital é essencial para o aceite do resumo e inclusão do mesmo nos anais, sendo de total responsabilidade do estudante, com a prévia revisão do orientador;

7.3. Não haverá devolução dos resumos aos autores para correção;

7.4. Os resumos serão avaliados nos seguintes aspectos: mérito e originalidade; qualidade técnica e científica; redação científica; adequação metodológica; qualidade do desenvolvimento, resultados e conclusões;

7.5. A apresentação do resumo deverá observar os seguintes critérios: domínio do assunto; desenvoltura; objetividade; e estrutura metodológica do trabalho.

8. DA SELEÇÃO DOS TRABALHOS

8.1 Os trabalhos a serem apresentados na Semana da Contabilidade 2024 serão avaliados por professores da Comissão Científica, conforme uma das áreas temáticas do evento:

- Sustentabilidade Ambiental,
- Responsabilidade Social,
- Governança Corporativa,
- Contabilidade aplicada ao Setor Privado,
- Contabilidade aplicada ao Setor Público,
- Contabilidade aplicada ao 3º Setor,
- Educação aplicada a Contabilidade e
- Tema Livre.

8.2 Após as avaliações finais os trabalhos serão inseridos nos anais da semana da contabilidade 2024 com ISSN.

9. DA PREMIAÇÃO

9.1. Os resumos submetidos concorrerão à premiação, sendo considerado para tal, a avaliação do conteúdo do resumo e da apresentação;

9.2. Será outorgado certificado de menção honrosa aos trabalhos classificados nos três primeiros lugares.



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ



10. DA CERTIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES

10.1. Os autores dos trabalhos aceitos e apresentados na Semana da Contabilidade 2024 da UVA, bem como, orientadores e revisores receberão certificado expedido pela Pro-reitoria de Extensão da UVA (PROEX);

10.2. Os demais inscritos na Semana da Contabilidade 2024 da UVA receberão certificado de participação.

10.3. Os certificados serão emitidos por meio eletrônico e disponibilizados no portal <http://eventos.uvanet.br>

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. A submissão do resumo por parte do aluno, sob orientação do professor, implica conhecimento e aceitação das normas estabelecidas neste Edital;

11.2. Os resultados estarão disponíveis no site eletrônico da UVA, em <https://www.uva.ce.gov.br/institucional/documento-oficial/> (Editais) a partir do dia 04 de novembro de 2024;

11.3. A divulgação das indicações do 1º a 5º lugar para a premiação estarão disponíveis no eletrônico da <https://www.instagram.com/cacicuva/> a partir do dia 22 de novembro de 2024;

11.4. A premiação ocorrerá na Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA no dia 27 de novembro de 2024;

11.5. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Científica do evento.

Sobral, CE, 09 de outubro de 2024.

Documento assinado digitalmente



MARIA INGRID ALBUQUERQUE SALES

Data: 11/10/2024 08:28:39-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Maria Ingrid Albuquerque Sales
Presidente do Centro Acadêmico Padre Sadoc - UVA

Documento assinado digitalmente



LUCIENE SANTOS LIMA

Data: 10/10/2024 15:57:33-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Luciene Santos Lima
Coordenadora do Curso de Ciências Contábeis - UVA

Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis
Cento Acadêmico Padre Sadoc

Av. Padre Francisco Sadoc de Araújo, 850 Campus da Betânia - Sobral-CE

CEP: 62.040-370

UVA.CE.GOV.BR



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ



EDITAL Nº 10/2024

SEMANA DA CONTABILIDADE UVA 2024

ANEXO I – INSTRUÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO RESUMO TÍTULO DO TRABALHO

Nome Completo do Autor 1

e-mail

Nome Completo do Autor 2

e-mail

Nome Completo do Autor 3

e-mail

Introdução: O resumo não necessita ser um trabalho inédito. Cada resumo deverá ocupar apenas uma página em português. Deverá conter no máximo 3.000 (três mil) caracteres, incluindo os espaços (não incluir na contagem título, palavras-chave e órgão financiador). O texto deverá ser contínuo, não subdividido em itens, sem parágrafos, sem referências bibliográficas e sem figuras ou tabelas. **Objetivo:** Deve conter introdução, objetivo, metodologia, resultados e discussão, finalizando com a conclusão. **Metodologia:** O texto deverá ser organizado no formato para folha de papel A4 (210 x 297 mm), com margens superior, esquerda, inferior e direita com 2,0cm (utilizar este modelo de resumo com cabeçalho do evento). A formatação do texto do resumo é fonte times new roman, tamanho 11pt, alinhamento justificado e espaçamento simples. O título deverá ser destacado em negrito e escrito em letras maiúsculas, com tamanho da fonte 12 pt, espaço simples e alinhamento centralizado. **Resultados e Discussões:** Grafar os nomes dos autores com as iniciais maiúsculas, por extenso, conforme disposto acima, com tamanho da fonte 10 pt, espaço simples, alinhamento à esquerda, devendo ser o último autor, o professor orientador. Abaixo dos nomes dos autores, colocar o respectivo nome da instituição às quais pertencem e o e-mail. **Conclusões:** O nome do autor/apresentador deve ser sublinhado. Abaixo do texto do resumo, devem constar as palavras-chave do trabalho, separadas por ponto e vírgula (mínimo de três e máximo de cinco palavras) e abaixo das palavras-chave, caso ache necessário, pode ser incluído agradecimentos à Universidade, agência de fomento, etc, ambos com tamanho de fonte 11pt.

Palavras-chave: Palavra 1; Palavra 2; Palavra 3.